



Oliveira do Bairro assembleia municipal

**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM
VINTE E CINCO DE MAIO DE DOIS MIL E
VINTE E TRÊS.**

----- Aos vinte e cinco dias do mês de maio, do ano de dois mil e vinte e três, no Quartel das Artes Dr. Alípio Sol, realizou-se a Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- **1 – INÍCIO DOS TRABALHOS** -----

----- **2 – EXPEDIENTE**-----

----- **3 – INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO** -----

----- **4 – ORDEM DO DIA** -----

----- **4.1. – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA INFORMAÇÃO PRESTADA PELO VEREADOR DO PELOURO – PROJETO DE REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO E DE VENDA DE LOTES NO ÂMBITO DO LOTEAMENTO DA AMPLIAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL DE VILA VERDE;** -----

----- **4.2 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA INFORMAÇÃO PROPOSTA N.º 88/2023 – PRESTADA PELO SERVIÇO DE AÇÃO SOCIAL E IDADE MAIOR – 1.ª REVISÃO DA ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO DE OLIVEIRA DO BAIRRO;** -----

----- **4.3 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 99 – MANDATO 2021/2025 – APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO PARA ATIVIDADES CULTURAIS – FREGUESIAS DE OIÃ, DE OLIVEIRA DO BAIRRO, DA PALHAÇA E DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BUSTOS, TROVISCAL E MAMARROSA;**-----

----- **4.4 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA INFORMAÇÃO TÉCNICA N.º 13_2023|DFGP –**



Oliveira do Bairro assembleia municipal

APRESENTADA PELA DIVISÃO FINANCEIRA, DE GESTÃO E PATRIMÓNIO – FINANCIAMENTO NO ÂMBITO DO EMPRÉSTIMO QUADRO – BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO – AMPLIAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL DE VILA VERDE. -----

----- Os trabalhos foram presididos por **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** e secretariados por **ALMERINDA NOGUEIRA BELCHIOR** e **LUÍS SÉRGIO DA SILVA PELICANO**. -----

----- Para além do Presidente da Câmara Duarte dos Santos Almeida Novo e do Vice-Presidente da Câmara Jorge Ferreira Pato, estiveram igualmente presentes nesta Sessão da Assembleia Municipal, os Vereadores do Executivo Municipal Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas, Susana Maria da Silva Martins, José Carlos Pereira de Almeida Soares, Clara Maria de Jesus Oliveira e Paulo Sérgio Rei Pardal Figueiredo. -----

----- Eram dezanove horas e vinte e cinco minutos, quando foi declarada aberta a Sessão.

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em Exercício **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – após ter dirigido os seus cumprimentos a todos os presentes, conforme convocatória, e verificada a existência do quórum, tendo todas as bancadas asseguradas a sua representatividade, informou que ia dar início ao primeiro período da ordem de trabalhos da sessão extraordinária convocada para o local onde se encontravam nos termos do Regimento em vigor. -----

----- De imediato passou a palavra à segunda-secretária, Almerinda Belchior, para proceder à conferência das presenças das Senhoras e Senhores Membros da Assembleia. -----

----- **ALMERINDA NOGUEIRA BELCHIOR** – cumprimentou todos os presentes, e efetuada a chamada, verificou que não estavam presentes os Membros Carlos Manuel Ferreira Ferreira, substituído pelo Membro António Bernardo; Valdir António Coimbra, substituído pelo Membro António Pato; Sónia dos Santos Quintaneiro, substituída pelo Membro Sérgio Santos; Ricardo Samuel de Oliveira Regalado, substituído pela Membro Lília Tavares e João Diogo Vitória,



Oliveira do Bairro assembleia municipal

substituído pela Membro Carla Miranda. -----

----- Deu nota que chegariam mais tarde aos trabalhos da presente reunião, os Membros da Assembleia Municipal António Pedro Mendes da Silva Campos e António Pedro Pereira Pato.--

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em Exercício **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – concluída a conferência das presenças e de forma a completar a Mesa da Assembleia Municipal, solicitou ao Sr. Membro da Assembleia Sérgio Pelicano que se juntasse à Mesa. -----

----- Sobre o expediente, informou que a Assembleia Municipal continuava a receber diversa correspondência com convites de várias ordens, e que tentavam na medida do possível responder de forma positiva e presencial. Afirmou também que toda essa documentação está disponível para consulta dos Senhores Membros da Assembleia e está também na Mesa se quisessem consultar durante a reunião que estava a decorrer. -----

----- Prosseguiu para o ponto **3 – INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO**, deu conhecimento da existência de uma inscrição e passou a palavra ao Senhor António José Almeida Miranda, informando que teria cinco minutos para efetuar a sua intervenção. -----

----- **ANTÓNIO JOSÉ ALMEIDA MIRANDA** – cumprimentou todos os presentes e iniciou a sua intervenção, referindo-se a três assuntos que queria abordar: “A primeira coisa realmente é o facto do direito de resposta, estamos a falar em termos de igualdade. Senhor Presidente da Mesa, queira considerar esta sugestão, o público também em conformidade com o Regimento, ter também o direito de resposta. E, por isso, muitas vezes não se abordaria sempre os mesmos temas e assim temos que abordá-los de qualquer maneira.” -----

----- “Na última assembleia, e aqui já vamos ao ponto 2 e ao ponto 3 da minha locução, eu referi aqui duas situações, uma relacionada com as Ruas do Marmeleirinho do Rêgo e Rua do Marmeleirinho de Perrães. Não fiquei inteiramente agradado com a resposta do Engenheiro Pato, embora compreenda as questões das opções entre alternativas, mas aqui uma alternativa que visa sobretudo a segurança de transeuntes, não é? Temos de considerá-la mais seriamente e



Oliveira do Bairro assembleia municipal

uma vez que já está feito o estudo, seria de bom-tom implementá-lo, senão o estudo fica para as calendas, a sua efetivação.” -----

----- “Relativamente à segunda questão, que também coloquei na última assembleia em que estive presente, relativamente à questão da requalificação de Oiã e também da questão do estacionamento do Largo do Cruzeiro. Aqui falou-se também, o Engenheiro Pato também falou na altura, que havia uma conflitualidade, perdoe-me se estou a errar, em relação, portanto, a quem poderia ou não, digamos, ajudar que as obras da requalificação deste estacionamento fosse executado, uma vez que havia problemas de segurança, que convinha ser requalificado. E aqui a minha questão vai neste sentido: antes de colocar, e volto a reafirmar a mesma coisa, antes colocar Oiã num estaleiro, Sr. Presidente, antes de colocar Oiã num estaleiro, convinha mesmo assegurar que neste estacionamento o problema fosse resolvido, nomeadamente se há problemas de segurança, é começar de baixo para cima e fazer coisa nova, nova coisa, com novos acessos e isenta de problemas e, nomeadamente, sendo de interesse público esta questão em termos dos privados não se coloca assim tanto. E gostaria também de vos ouvir e também relativamente às sugestões que foram aqui apresentadas, que na altura não fiquei também muito sensível e isto também deve ser da idade também, de certa forma também já me passa alguma coisa às vezes de lado. Gostaria de vos ouvir um bocadinho, Sr. Presidente e Sr. Vice-Presidente. Obrigado.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em Exercício **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – agradeceu a intervenção efetuada pelo Sr. António José Almeida Miranda e esclareceu: “este período de uso da palavra por parte do público, o nosso Regimento prevê apenas que sirva para colocar questões, que poderão a sua resposta acontecer diretamente, se assim entender a Mesa ou o Executivo Municipal, em função das dúvidas ou questões que sejam colocadas, tão somente desta forma. Não permite o nosso Regimento, digamos que o direito de resposta nesse sentido. Portanto, certamente que compreenderá que este período existe para serem colocadas questões, não exatamente para que o debate depois



Oliveira do Bairro assembleia municipal

possa acontecer. Naturalmente que poderá sempre, o Senhor ou qualquer outro munícipe, voltar a intervir se entender que os esclarecimentos não foram cabalmente apresentados, seja por que parte tenha sido.” -----

----- Prestado o esclarecimento sobre aquele assunto, questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal se pretendia usar da palavra, tendo passado de imediato a palavra. -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – cumprimentou todos os presentes e aproveitou para esclarecer, relativamente à questão levantada pelo Sr. António Miranda: “eu penso que também uma das regras é que terá de se dirigir sempre à Mesa e não diretamente ao Executivo da Câmara. Mas, não que levante isso qualquer tipo de questão, que não há problema nenhum, nós estamos cá se tivermos a oportunidade, esclarecemos e sempre o fiz. Contudo, também, e uma vez que foi tecido este esclarecimento, eu também entendo que, formalmente é assim, as coisas são mesmo assim, tem que ser mesmo dessa forma. Mas Sr. António, agora dirijo-me a si, não tenho qualquer tipo de problema de expressar e de me dirigirem questões, também não tenho qualquer tipo de problema em tecer mesmo essas considerações.”-----

----- Respondendo às questões levantadas, esclareceu que: “Relativamente à Rua do Marmeleirinho, e eu não apanhei na última reunião porque não estava presente na hora que penso que o Senhor António fez a sua intervenção, mas queria-lhe dizer o seguinte: a Rua do Marmeleirinho tem uma questão relacionada com a rede de saneamento e eu penso que é esse o problema, que lhe criou fissuras em alguns sítios com abatimentos. Nós temos vindo a fazer um trabalho com a AdRA. Então se não é isso, é a circunstância que eu tenho do Marmeleirinho é essa circunstância. Depois todo o outro tipo de reestruturação, como sabe, é uma das dificuldades de não ter estado, mas olhe, convido-o, não tem problema nenhum, o Senhor marca a reunião ou pede à Secretária que dá apoio à Presidência e tenho todo o gosto naturalmente em o receber, se assim entender e esclarecer, para não ficar aqui com estas questões de ter necessidade de vir aqui, tem sempre essa oportunidade.” -----



----- “Relativamente à questão da requalificação, em primeiro lugar de Oiã como estaleiro, a requalificação da zona central de Oiã, foi hoje aprovado o projeto total de arquitetura em Câmara e porquê nesta altura? Porque também, nós precisávamos de fazer adaptações e precisávamos fazer adaptações nas especialidades e, como tal, assim, nós aproveitámos e mexemos na arquitetura pelas necessidades das especialidades. Em traços gerais, ficou muito idêntica àquilo que eu penso que o Sr. António, que foi uma das pessoas que esteve no debate, eu bem que me recorde, e em traços gerais está igual, foram adaptações em alguns locais que não vou aqui precisar, em alguns locais, por força de adaptação das infraestruturas que têm que ser colocadas, essencialmente por isso e então optámos por fazer essa mesma junção.” -----

----- “Também foi dado conhecimento à Câmara do primeiro concurso público já relacionado com esta requalificação, que é a ligação entre a zona central, neste caso, o Cruzeiro ou o Largo do Cruzeiro e a Junta de Freguesia de Oiã, ao edifício que comporta a Junta de Freguesia de Oiã e o Auditório de Oiã e Biblioteca. Foi também lançado estes dias, foi a conhecimento exatamente por esta circunstância, até para dar nota de que está tudo em sintonia, será a primeira fase. Naturalmente, a segunda fase que está prevista é mais para ponte dessa mesma reestruturação, que é sobejamente conhecida a forma, aquilo que se vai fazer também lá e vai ser feito por fases exatamente para evitar esta questão do estaleiro que estava aqui a referir. Porque nós temos a noção de que a mexida por completo numa zona como aquela, além do esforço financeiro que vai provocar ao município, implica também um constrangimento muito grande e nós também temos que o evitar e temos que ir criando condições para que esse constrangimento seja evitado, não obstante algumas situações de estacionamento, felizmente, que se possam utilizar num local ou noutro.” -----

----- “Relativamente à questão do parque de estacionamento, tenho a certeza absoluta que o Dr. Jorge Pato já aqui referiu oportunamente, o que é que está em causa. O que está em causa é o peso excessivo na estrutura da laje que tem que ser retirado e voltar a ser recolocado. E depois temos outro problema que é um problema de implantação, ou seja, o estacionamento está



Oliveira do Bairro assembleia municipal

implantado em terreno que não é do município, tem que ser corrigido e é essa correção que estamos a fazer.” -----

----- “Ora, vamos aqui a duas questões, como disse e muito bem, vamos começar de baixo para cima. A verdade é que nós nem conseguimos começar em baixo, nem conseguimos começar em cima, porque temos tudo, eu diria a expressão e perdoe-me, Senhor Presidente em Exercício, engatilhado. E é este desengatilhaço que estamos a tentar fazer com os proprietários deste lado, do lado sul, para que consigamos desbloquear, em paralelo e também para sua informação, sei que é membro da Assembleia de Freguesia, em paralelo, nós desenvolvemos todos os projetos, porquê? Além desta parte retirada que nós já temos preparado e reforço em algumas estruturas debaixo e depois com modificação em cima, é preciso também dotar completamente o estacionamento com infraestruturas e estruturas que depois permitam funcionar lá um parque de estacionamento, ou seja, em paralelo, já também temos um outro procedimento para fazer o caderno de encargos para lançar também. Ou seja, para não pararmos quando começarmos as obras, termos já tudo preparado. Infelizmente, existem estes constrangimentos. Infelizmente, a burocracia também não nos ajuda na solução de muitas situações, mas eu espero ter conseguido esclarecê-lo, com a nuance, naturalmente, que será um gosto, se assim entender e se pretender, principalmente na questão do Marmeleirinho porque, peço-lhe imensa desculpa, mas estou um bocadinho talvez desfasado das suas pretensões. Obrigado, Senhor Presidente.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em Exercício **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – agradeceu a intervenção do Sr. Presidente da Câmara e afirmou que: “Quer o público, mas também todos os Membros da Assembleia terão sempre que se dirigir ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, no caso, em Exercício, mas penso que também não é um detalhe significativo.” -----

----- Informou que os Membros da Assembleia António Campos e António Pato já estavam presentes na reunião da Assembleia Municipal. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Terminado o ponto da ordem de trabalhos de intervenção aberta ao público, informou que iriam entrar na ordem do dia, iniciando o ponto **4.1. – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA INFORMAÇÃO PRESTADA PELO VEREADOR DO PELOURO – PROJETO DE REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO E DE VENDA DE LOTES NO ÂMBITO DO LOTEAMENTO DA AMPLIAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL DE VILA VERDE.** -----

----- Passou a palavra ao Membro da Assembleia Municipal Álvaro Ferreira que solicitou um pedido de esclarecimento. -----

----- **ÁLVARO FERREIRA FERREIRA** – informou que iria deixar os cumprimentos para o período da ordem do dia e colocou a sua dúvida: “só queria perceber se o digníssimo Chefe de Gabinete e Membro da Assembleia Municipal André Chambel teve algum tipo de participação na elaboração do regulamento que iremos debater agora, neste primeiro ponto da ordem de trabalhos. Obrigado.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em Exercício **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – dirigindo-se ao Senhor Membro da Assembleia Municipal e Líder de Bancada do Partido Social Democrata, referiu: “Se eu percebi bem, o Senhor Membro da Assembleia perguntou à Mesa se o Chefe de Gabinete da Câmara Municipal participou na elaboração deste documento? Senhor Membro da Assembleia, sobre essa matéria, nós estivemos a analisar o documento e não encontramos nenhuma evidência formal que nos permita afirmar ou, pelo menos, responder à sua pergunta. Portanto, no que tem que ver com a Mesa, com a documentação que nos foi entregue, nomeadamente assinaturas, não existe nenhuma evidência formal. Como deverá imaginar, a Mesa não poderá ir mais longe do que isto. No entanto, pergunto ao Senhor Presidente do Executivo se quer esclarecer o Senhor Líder de Bancada, apesar de, Senhor Presidente, a pergunta ter sido colocada à Mesa. A Mesa não pode ir mais longe do que já foi. Muito obrigado.” -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – dirigindo-



Oliveira do Bairro assembleia municipal

se ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, afirmou o seguinte: “Eu posso-lhe dizer a si e garantir que o Chefe de Gabinete não teve qualquer tipo de participação e desculpe estar um pouco aqui, porque fiquei um pouco espantado com esta situação, que foi tratada exclusivamente com o Senhor Vice-Presidente e com o corpo técnico das Obras Particulares. E eu digo mesmo exclusivamente. Se o Senhor Presidente, assim entender, em Exercício, se entender, se achar pertinente, eu peço ao Senhor Vice-Presidente e ele poderá falar sobre o calendário de toda esta situação. Aliás, eu, das vezes que fui falando sobre este tema e das questões que fui tendo, foi única e exclusivamente com o Senhor Vice-Presidente. Mas, naturalmente, é a minha palavra. Se assim entender, o Senhor Vice-Presidente poderá fazer a cronologia dizendo-lhe que, de facto, é com muito espanto que estas coisas vêm aqui. Mas tudo bem, nós estamos cá para esclarecer.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em Exercício **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – afirmou que considerava não haver necessidade e que a Mesa se considerou esclarecida sobre aquela matéria. -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – afirmou ficar descansado sobre aquele assunto e referiu que “depois o Senhor Vice-Presidente fará a apresentação do ponto, é com ele, e depois e eu até peço, o Senhor Vice-Presidente, depois fará, naturalmente, dará algum esclarecimento sobre a forma como se desenvolveu e assim, penso que ainda poderá dar mais esclarecimentos. Se o Sr. Presidente entender que é adequado, eu penso que é o melhor.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em Exercício **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – agradeceu o esclarecimento do Sr. Presidente do Executivo Municipal e reafirmou que a Mesa se considerava esclarecida, dando continuidade ao ponto. --

----- Passou a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara para apresentação do ponto e informou que teria 10 minutos para concluir a sua apresentação. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Vice-Presidente da Câmara Municipal **JORGE FERREIRA PATO** – cumprimentou todos os presentes e iniciou a apresentação do respetivo ponto: “O que trazemos hoje a aprovação é o Regulamento de Ampliação da Zona Industrial de Vila Verde. O Regulamento de venda de lotes em zonas industriais que existia no concelho ou que existe no concelho, é dos anos 90, início dos anos 90, que entretanto sofreu algumas adaptações pontuais quando foi utilizado para a criação da Zona Industrial de Vila Verde e da Palhaça. Porque passaram mais de duas décadas e porque os tempos mudaram e evoluíram, entendeu-se fazer um documento muito mais suportado tecnicamente, muito mais elaborado, mais rigoroso, que obrigou a um aturado trabalho técnico e que começou, e aqui vou responder à pergunta colocada há pouco, serviu e teve como base um primeiro trabalho das duas técnicas de planeamento do município, a Dra. Graça Rio e a Dra. Joana Almeida. Este trabalho foi sempre coordenado pela Chefe de Divisão, Dra. Isabel Simões, que até está hoje aqui presente. Depois com esta base de trabalho, entrou em campo a área jurídica. A Paula Direito, que é a pessoa mais antiga que temos no município ligada a esta matéria e que tem uma grande experiência neste setor também sempre presente e depois entrou o filtro do gabinete jurídico, no fundo, para nos dar o suporte jurídico e darmos a garantia de que temos um documento juridicamente válido. E foram muitas horas de reunião, muitas horas, quer no gabinete da Dra. Andreia, quer no gabinete do planeamento, e a participação do André Chambel e Chefe de Gabinete do Presidente neste documento é quando ia lá dizer olá e foi a participação dele e, portanto, não teve participação nenhuma. É um documento elaborado exclusivamente pelas técnicas de planeamento e pelo jurídico, pelas técnicas juristas do município, às quais eu quero dar os parabéns pela qualidade magnífica do documento que foi elaborado. Foram estudados muitos regulamentos de outros municípios, foi feita uma síntese, foi aproveitado o melhor de cada um de todos aqueles que se analisaram e penso que temos um documento bem suportado tecnicamente e praticável e penso que pragmático para o que vem a seguir, que será a venda dos lotes resultante da ampliação da zona industrial.” -----

----- “O documento esteve sujeito a discussão pública, a consulta pública, teve três



participações que chegaram no último dia: participações do Partido Social Democrata, da ACIB e do Sr. Mauro Santiago. Em súmula, tivemos dois ou três conjuntos, no fundo, de características de sugestões de melhoria do documento, questões de forma e correção de gralhas que, basicamente, foram todas aceites. Penso eu que, basicamente, gralhas e pequenas correções de forma, que penso que foram mesmo todas aceites. Depois havia também uma questão, porque o documento prevê a elaboração de pareceres arqueológicos. Aquando da construção dos pavilhões industriais não se mexeu, porque é uma imposição da CCDR, já tinha dito em reunião de câmara e, como sabem, este projeto foi objeto de uma candidatura e apoio de 1,8 milhões de euros. A CCDR exige a elaboração do parecer arqueológico e, portanto, faz parte do documento e não podemos tirar.” -----

----- “Temos também a questão levantada pela ACIB, duas ou três questões relativas a questões de tempos num processo de projeto já, tempos de entrega do projeto de aprovação, das peças de projeto, licenciamento, da arquitetura, pedidos de licença de utilização que, basicamente, regulámo-nos por aquilo que são a opinião dos nossos urbanistas e que demos tempos confortáveis para as empresas não poderem ter, não se sentirem constrangidas nesta matéria e, por último, tivemos um conjunto de sugestões, quer da ACIB, quer sobretudo do Partido Social Democrata relativamente às questões, aos artigos mais do final do regulamento que têm a ver com a questão de obrigatoriedade de cumprimento das normas do regulamento e de penalizações. E esta obrigatoriedade e as penalizações tem a ver essencialmente com o objetivo do município em evitar a especulação imobiliária. Era uma preocupação que já vinha no documento, no anterior, no que existia no município já antigo, tinha uma cláusula de reversão de se passados 2 anos não se construísse. Foram vistas muitas condições semelhantes em regulamentos por esse país fora que analisámos e aquilo que foi feito e coordenado e, acima de tudo, sugerido e justificado pelo gabinete jurídico como uma forma de, ao mesmo tempo, exigir algum rigor nas candidaturas e, portanto, o município evitar que os empresários comprem os terrenos puramente para especular e ganharem dinheiro. Depois também estas cláusulas, têm



Oliveira do Bairro assembleia municipal

cláusulas de salvaguarda que permitem ao município, naqueles casos em que é entendimento que efetivamente o empresário por esta ou por aquela razão, não teve culpa de algum azar que teve, de alguma coisa que correu menos bem, o município poder dar o benefício da dúvida e não impor penalizações só porque efetivamente está escrito e à letra da vírgula. E, portanto, entendemos assim não mexer também nestas penalizações existentes.” -----

----- “Neste enquadramento jurídico subjacente ao documento há uma ficha, no fundo, um projeto de pré-inscrição em que as empresas se candidatam, têm uma série de informação que têm de prestar e depois essa informação servirá, que deverá ser verdadeira, e no fundo aqui é também objetivo do município que as empresas não prestem informações falsas e depois o município analisará e entraremos no processo de venda. Voltando e, em resumo, parece-me um documento equilibrado. Nós em conversas informais com alguns empresários, já tivemos feedback positivo do que é o documento e, portanto, não me parece que o regulamento seja constrangedor para as candidaturas e não seja constrangedor para a grande procura de lotes que vamos ter, porque temos tido, quer eu, quer o Senhor Presidente temos tido muitos contactos, muitos contactos mesmo, muitos empresários interessados e tenho a certeza absoluta que a procura vai ser grande e não vai ser o regulamento que os vai afastar. Estou obviamente disponível para qualquer esclarecimento que seja necessário. Muito obrigado.”-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em Exercício **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – terminada a apresentação do ponto, agradeceu a intervenção do Sr. Vice-Presidente e convidou os Membros da Assembleia Municipal que pretendessem usar da palavra a efetuarem inscrições para intervir, registando-se seis inscrições dos Membros da Assembleia Municipal. -----

----- Passou, de seguida, a palavra ao Membro da Assembleia Municipal Acácio Oliveira, informando os Membros da Assembleia Municipal que dispunham de quinze minutos para efetuarem as suas intervenções. -----

----- **ACÁCIO ALMEIDA DE OLIVEIRA** – cumprimentou todos os presentes e informou que



Oliveira do Bairro assembleia municipal

iria iniciar com alguns considerandos antes de se dirigir decididamente à questão que estava em apreço e na ordem de trabalhos: -----

----- “As oposições políticas municipais em Portugal desempenham um papel fundamental na governação local e na representação dos interesses das comunidades que não estão no poder, uma vez que elas são encarregadas de apresentar propostas alternativas às políticas e projetos propostos pela maioria. Elas podem oferecer abordagens diferentes para resolver problemas municipais, propor iniciativas complementares e sugerir medidas que atendam às necessidades e demandas da população local, nomeadamente, representação dos interesses da população, participação em órgãos municipais, informação e esclarecimento. Em resumo, as oposições políticas municipais desempenham um papel essencial no equilíbrio do poder local, na representação dos interesses da população e na garantia de uma governação transparente e responsável do município, contribuindo para um debate político saudável e na busca de soluções que atendam às necessidades e aspirações da comunidade oliveirense.” -----

----- “E hoje, somos impelidos a abordar, neste ponto da ordem de trabalhos, a questão do projeto regulamentar de funcionamento e venda de lotes no âmbito do loteamento e da ampliação da Zona Industrial de Vila Verde. Assim sendo, diremos a título introdutório que: no planeamento das zonas industriais em Portugal, assim como em qualquer outro lugar, requer consideração cuidadosa e abrangente nos vários fatores, uma vez que existem diretrizes gerais que devem ser seguidas para o planeamento efetivo das zonas industriais, nomeadamente e no caso em discussão, da Zona Industrial de Vila Verde. Para tal, será necessário identificar áreas adequadas para o estabelecimento das zonas industriais, levando em consideração a disponibilidade dos terrenos adequados, proximidade das vias de transporte e logística, acessibilidade a fornecedores e mercados, disponibilidade de mão de obra qualificada e infraestruturas básicas. É necessário definir claramente as áreas para atividades industriais, considerando capacidade do uso do solo, a proteção ambiental, os impactos nas áreas circundantes. É importante equilibrar as necessidades industriais com a conservação ambiental e a qualidade de vida das



comunidades vizinhas. É necessário garantir que as zonas industriais tenham acesso adequado à infraestrutura básica, como o fornecimento confiável de eletricidade, abastecimento de água, sistema de esgotos, drenagem, acesso a telecomunicações eficientes. Para além disso, existirem e aqui diremos e acrescentamos, serviços postais e bancários de proximidade.” -----

----- “No que toca ao seu planeamento ambiental, deverá ser considerado cuidadosamente os impactos ambientais das zonas industriais e implementar medidas para minimizar os impactos. Assim, pode incluir a adoção de tecnologias ambientalmente sustentáveis e o estabelecimento de áreas verdes e a implementação de práticas de gestão de resíduos eficientes. É necessário coordenar o planeamento das zonas industriais com outros planos de desenvolvimento regional e urbano e isso pode envolver identificação de sinergias entre as indústrias existentes e planeadas, bem como a promoção de aglomerados industriais que incentivem a colaboração e o desenvolvimento conjunto, interligando-se com uma rede de transportes públicos adequada a horários laborais. É necessário envolver a comunidade local, as partes interessadas, os especialistas relevantes no processo de planeamento. A participação pública e a transparência são fundamentais para garantir que as preocupações e os interesses das partes sejam considerados, promovendo o desenvolvimento sustentável e evitando conflitos futuros.” -----

----- “É necessário fornecer incentivos e apoios às empresas que desejem estabelecer-se nessas zonas industriais, como: incentivos fiscais, acesso a financiamento, programas de formação e capacitação e suporte para a inovação tecnológica. Isso ajudará a atrair investimento e a promover o crescimento económico. Recordamos o Executivo que o planeamento de uma zona industrial é uma tarefa complexa, como aqui já foi explicado na intervenção do Senhor Vice-Presidente, há algum tempo que assim o é, e possivelmente aqui não pára. Ela terá, ela será, sempre que necessário revista e que requer uma abordagem integrada e adaptada às necessidades e realidades locais, sendo fundamental que os planos e os regulamentos sejam flexíveis e revisados periodicamente para se adequarem às mudanças económicas, tecnológicas e ambientais em curso.” -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- “A bancada do Partido Socialista, dentro destas diretrizes gerais que foram anteriormente mencionadas por mim, alerta o executivo para que a Zona Industrial de Vila Verde tenha uma identidade própria, uma visão e uma estratégia futurista que possa garantir sucesso económico e também social, a quem venha com vontade de investir na compra dos lotes e aí desenvolver com sucesso e a longo prazo, a economia das suas empresas. Por isso, enquanto oposição, recomendamos a criação de algumas infraestruturas, nomeadamente, uma incubadora de empresas, espaços de *coworking* e passo a explicar, pode ser que algum dos presentes não..., é uma palavra inglesa. Queria dizer a palavra em si, a frase em si, que denomina este *coworking*, que são espaços que são tendência crescente por todo o mundo e podem ser particularmente benéficos para os jovens que estão a tentar iniciar negócios ou projetos empreendedores. A criação de espaços *coworking*, com acesso a tecnologia e recursos de trabalho, pode ser uma excelente política para incentivar o empreendedorismo entre a juventude de Oliveira do Bairro. Mas também, laboratórios de cidadania que são espaços onde os jovens podem discutir, debater questões relacionadas com a sua cidade e comunidade, de forma a promover a formação e o desenvolvimento de competências de cidadania ativa. Esses espaços podem ser criados pelos municípios portugueses em parceria com organizações da sociedade civil e de outros parceiros sociais, quer nacionais, quer internacionais.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em Exercício **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – dirigindo-se ao Membro da Assembleia Acácio Oliveira, alertou: “Senhor Membro da Assembleia, permita-me que o interrompa, vou pedir para parar o tempo. Eu estou a ouvi-lo atentamente, a sua introdução demorou a enquadrar no ponto, mas enquadrou. Depois voltou, na minha opinião, a sair do enquadramento do ponto em questão. Eu ia pedir ao Senhor Membro da Assembleia e lembrá-lo do que também saberá: nós estamos a discutir o regulamento. Eu agradecia só ao Sr. Membro da Assembleia que se focasse. Muito Obrigado.”

----- **ACÁCIO ALMEIDA DE OLIVEIRA** – continuou a sua intervenção, referindo o seguinte: “Portanto, laboratórios de cidadania e gabinetes técnicos, trabalho para a juventude do concelho



Oliveira do Bairro assembleia municipal

de Oliveira do Bairro. Considerando esta proposta e agora sim, vou chegar à conclusão efetiva deste preâmbulo, porque é importante contextualizá-lo dentro de um todo e não ficamos só pelo regulamento, a discussão única e exclusivamente do regulamento que está feito e que temos um considerando final sobre esse regulamento. Portanto, aqui coloco a questão sobre esta temática e este desafio para que o município construa um edifício, um edifício, no qual possam funcionar estes espaços. Senhor Presidente da Mesa, por isso falei neles, a bancada trouxe isto para aqui, para que sejam enquadrados dentro deste espírito do regulamento que, com certeza, terá uma evolução futura e é isso que pretendemos, que seja melhorado, que possam funcionar estes espaços que entendemos ser uma mais-valia para o futuro da Zona Industrial de Vila Verde, pelo que solicitamos uma resposta ao Senhor Presidente da Câmara, ao Senhor Vice-Presidente, que, nesta Assembleia, nos diga algo sobre esta questão. Resumindo, com este projeto de regulamento, a Bancada do Partido Socialista só pode concluir que o executivo em funções num futuro próximo, próximo, está um pouco aquém. Já o disse, que seria uma situação de sucesso e que já terão muitos pretendentes àqueles lotes, mas nós ainda não temos a certeza disso, ainda só está a caminhar, não é? Está a caminhar. E, portanto, nós desejamos, nós como bancada do Partido Socialista, desejamos que isso seja uma realidade e que essa venda a curto prazo dos lotes da Zona Industrial de Vila Verde, destinado à implantação de indústrias, criem postos, muitos postos de trabalho dentro do concelho, riqueza, desenvolvimento para o concelho de Oliveira do Bairro e, fundamentalmente, bem-estar para todos os oliveirenses. Resumidamente, isto que pretendemos com este regulamento, que esteja aquém, mais aquém ou já esteja no local certo, dê exatamente este resultado. E estamos cá como oposição para colaborar e para dar sugestões sobre algo que possa ser melhorado naquele espaço. Muito obrigado, espero não ter dececionado o Senhor Presidente da Mesa nesta última parte da minha intervenção. Muito obrigado.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em Exercício **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – agradeceu ao Sr. Membro da Assembleia Municipal Acácio



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Oliveira, pelo uso da palavra, e afirmou que nunca o dececionava, pelo contrário, e que podia contar, tal como todos os outros Senhores Membros da Assembleia, com alguma latitude e margem interpretativa por parte da Mesa para achar, com essa latitude, que a intervenção estivesse enquadrada no ponto. -----

----- Após isso, convidou o Membro da Assembleia do CDS-PP António Campos a usar da palavra. -----

----- **ANTÓNIO PEDRO MENDES DA SILVA CAMPOS** – cumprimentou todos os presentes e afirmou: “O que me traz aqui, obviamente, é o ponto do Regulamento de Funcionamento e Venda de Lotes no âmbito do Loteamento de Ampliação da Zona Industrial de Vila Verde. É um regulamento capaz, cabal, no entanto, como todos os regulamentos não será estanque, irá acompanhar, creio eu, a evolução da sociedade, a evolução da economia do concelho. Mas é um documento necessário: primeiro, porque obriga, como disse e bem, o Senhor Vice-Presidente, as empresas e os empresários a terem um certo cuidado na aquisição de terrenos, dos lotes em questão, evitando e impedindo a especulação. Depois, pontos importantes focados também pelo PS, obrigará a um aumento do emprego no concelho, obrigará a um desenvolvimento do concelho e, por isso é que ele está a ser criado e por isso é que foi adquirida a Zona Industrial de Vila Verde. E, pasme-se, este Executivo afinal investe no futuro. Curioso. Em resumo, do regulamento, para já, nada a dizer. Estaremos cá para alterar quando, e se, o futuro nos chamar para isso.” -----

----- “Duas questões que eu achei pertinentes na leitura de todo o documento e aproveito para questionar o Senhor Presidente em Exercício da Mesa, o Senhor Vice-Presidente e o Senhor Presidente da Câmara, se alguém me consegue esclarecer se a oposição ao votar contra, elaborou alguma declaração de voto que justificasse votar contra este documento que é importante no futuro do concelho. Do que eu depreendi e corrija-me, Senhor Presidente, terá votado contra pela não inclusão de certas sugestões apresentadas em cima da hora e pela inclusão destas cláusulas penais, sanções e afins, a futuros empresários. Solicito o favor desse



Oliveira do Bairro assembleia municipal

esclarecimento. Muito obrigado.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em Exercício **NUNO RICARDO VELOSO**

DAS NEVES COSTA BARATA – agradeceu ao Sr. Membro da Assembleia Municipal António Campos, pela sua intervenção, e relativamente à questão colocada à Mesa, solicitou esclarecimentos: “Eu gostaria só de perceber, que eu não percebi, se estava a falar de que oposição, confesso que nem eu nem os meus colegas percebemos.” -----

----- **ANTÓNIO PEDRO MENDES DA SILVA CAMPOS** – disse que iria passar a explicar e procedeu à citação da deliberação da Reunião de Câmara: “A Câmara Municipal deliberou por maioria, com os votos contra dos Vereadores José Soares e Paulo Figueiredo e a abstenção do Vereador Manuel Martins.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em Exercício **NUNO RICARDO VELOSO**

DAS NEVES COSTA BARATA – agradeceu o esclarecimento prestado e dirigindo-se ao Sr. Membro da Assembleia António Campos, respondeu o seguinte: “A Mesa está aqui para gerir os trabalhos, tão somente isso e, naturalmente, enquanto Membros da Assembleia que somos faremos a nossa votação em conformidade com a nossa convicção e aquilo que foram as decisões que já previamente estarão tomadas. Em relação aos outros órgãos, cada um tem a sua competência, portanto, enquanto Presidente e Secretários da Mesa, obviamente, não temos nem devemos ter opinião sobre essa matéria. Muito obrigado, Senhor Membro da Assembleia, pela sua intervenção.” -----

----- De seguida passou a palavra ao Senhor Membro da Assembleia Marco Alves, da bancada do CDS-PP. -----

----- **MARCO ALEXANDRE DA SILVA ALVES** – cumprimentou todos os presentes e iniciou a sua intervenção, afirmando: -----

----- “O artigo 23.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que regula o Regime Jurídico das Autarquias Locais, estabelece que são atribuições dos municípios, a promoção e



salvaguarda dos interesses próprios dele e da respetiva população, designadamente no domínio da promoção do desenvolvimento e do ordenamento do território e urbanismo, dispondo para a execução destas, de competências ao nível da captação e fixação de empresas, emprego e investimentos nos respetivos territórios. Considerando que o atual executivo de Oliveira do Bairro abraçou, desde a primeira hora, a causa do desenvolvimento de que a Ampliação da Zona Industrial de Vila Verde é já uma das suas consequências, adotando políticas económicas que incentivam a instalação de empresas, bem como o apoio ao empreendedorismo e à criação de emprego, desenvolvendo, concomitantemente, políticas sociais tendentes à fixação de famílias e jovens. Tendo presente que o desenvolvimento daquelas políticas económicas levou à consolidação no concelho de Oliveira do Bairro das suas várias zonas industriais, mas que dão mostras de já não conseguirem dar respostas às inúmeras solicitações dos investidores que, ao longo do tempo, têm suplicado pela alienação de mais lotes, de modo a que uns possam implementar as suas unidades, outros a de poderem ampliar e expandir as suas unidades económicas e industriais. Simultaneamente, verificou-se a constante e crescente procura por parte de novas empresas que pretendem investir ou transferir para o nosso concelho as suas sedes ou unidades de produção, o que implicará necessariamente, por um lado, mais postos de trabalho e, por outro, potenciará a fixação de famílias e jovens no concelho, tendo em conta que um dos melhores e mais eficientes incentivos à instalação de empresas e unidades económicas é mediante a disponibilização de lotes situados em zonas industriais devidamente organizadas e infraestruturadas, que concentrem num único local várias empresas e serviços.” -----

----- “Com o presente regulamento, o Município de Oliveira do Bairro pretende dar continuidade aos objetivos e à estratégia de desenvolvimento económico do concelho, gerando riqueza e fortalecendo o tecido empresarial existente e o do futuro, objetivos a que este Executivo sempre se propôs e que constam do seu manifesto eleitoral. O presente regulamento visa ainda, de forma pormenorizada, definir, por um lado, o procedimento de alienação dos lotes para que esta se processe de forma justa, com regras objetivas e acima de tudo transparentes. É urgente



Oliveira do Bairro assembleia municipal

colocar os lotes ao serviço da economia e não dos meros interesses egoístas, de realização de mais-valias imobiliárias meramente especulativas. E aqui nesta altura, quando escrevi isto, lembrei-me logo do Partido Socialista. Neste caso, podiam dizer que eu pertencia ao Partido Socialista. Mas é um facto.” -----

----- “E, por outro lado, que a ocupação urbanística cumpre exigências de boa ordenação e que as intervenções promovam um adequado e sustentável desenvolvimento urbanístico, económico e ambiental. Este regulamento visa ainda fixar as responsabilidades que as empresas que pretendam adquirir lotes devam cumprir, bem como as sanções decorrentes do incumprimento por parte destas, das obrigações previstas. E, por último, e com muita satisfação, verifico que do ponto de vista dos encargos, o documento aqui em apreço não implica despesas acrescidas para o Município, pelo que este documento terá, obviamente, o meu parecer favorável e o meu voto. Muito obrigado.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em Exercício **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – agradeceu a intervenção do Sr. Membro da Assembleia Marco Alves e passou a palavra ao Sr. Membro da Assembleia do Partido Social Democrata, Álvaro Ferreira. -----

----- **ÁLVARO FERREIRA FERREIRA** – cumprimentou todos os presentes e iniciou a sua intervenção, referindo: “Em primeiro lugar, gostaria de reconhecer o contributo do PSD para a elaboração do presente documento, nomeadamente, a partir dos nossos Vereadores que, nos momentos e lugar certos, tentaram melhorar a qualidade de regulamento. Por isso, compreendemos a sua tomada de posição em relação ao mesmo.” -----

----- “Numa leitura atenta ao regulamento que nos chega para deliberação, percebendo a realidade do concelho e o alcance que todos queremos atingir com a ampliação da Zona Industrial de Vila Verde, fez-nos reter aqui um conjunto de reflexões, preocupações, críticas, e de questões em relação ao documento: primeiramente, num período de discussão pública de um regulamento onde democraticamente se deve valorizar a participação de munícipes e de entidades para a



melhoria do mesmo, parece-nos de mau tom e desprestigiante, classificar como extemporâneas as alterações propostas por munícipes. Decerto que haverá outras formas de explicar o porquê do não enquadramento de alterações sugeridas pelos nossos concidadãos no único momento em que eles são chamados para se pronunciar de forma mais efetiva.” -----

----- “De seguida, tratando-se de um regulamento que adota um modelo de ação e de procedimento para uma ampliação de uma zona industrial que, na extensão de área inicial existente possivelmente ainda pode possuir lotes para venda, parece-nos que pode haver aqui uma quebra no princípio de equidade dentro da própria área final total da Zona Industrial de Vila Verde. No entanto, não deixamos de ressaltar tudo o que seja para definir regras para o funcionamento e para venda dos lotes é positivo, ainda para mais no combate à especulação imobiliária. Agora, o regulamento possui regras claras e que sejam para cumprir? Pelo decorrer do articulado documento há dois conceitos que persistem: o devem respeitar, ter, obedecer e o salvo razões devidamente justificadas e reconhecidas pela Câmara Municipal. Independentemente destas situações, há algo que nos parece ser claro: o regulamento é muito penalizante para quem compra, bem como o modelo de venda não se adequa aos tempos em que vivemos. Senão vejamos o que acontece em relação ao não cumprimento de algumas regras: a reversão dos lotes para a Câmara Municipal, inclusive as suas benfeitorias.” -----

----- “E aqui levanta-nos outra questão: quem vai fiscalizar tudo isto? Desde a aplicação das regras do articulado até à execução dos critérios de seleção. Dentro dos critérios de seleção e no próprio articulado do regulamento e este, obviamente associado ao tipo de loteamento projetado na ampliação da zona industrial, ainda outra questão: que tipo de empresas e de investimentos quer o Executivo Municipal captar? Qualquer empresa? A empresa que paga mais? E que tipo de postos de trabalho? Queremos mais postos de trabalho ou gerar mais riqueza? Estes dois últimos conceitos podem não ser compatíveis. Vamos a exemplos concretos: temos duas empresas interessadas em adquirir o lote, por exemplo 36, uma da área tecnológica e outra com mão de obra intensiva e de baixo valor. As duas passam a fase da seleção e depois na fase



da licitação, enquanto uma oferece 40 euros o metro quadrado, a outra oferece 20 euros o metro quadrado. Qual das duas fica com o espaço? Mais: havendo duas empresas que, em função dos critérios de seleção, tenha obtido a classificação 9 e, por conseguinte, tenham sido reconhecidas como de relevante interesse público municipal, adquirindo, obviamente, sim, o direito ao lote pretendido por ajuste direto, terem pretendido mesmo lote. Como será feita a atribuição final do espaço? É por quem der o valor mais alto? “-----

----- “Neste âmbito e dentro das atribuições de lotes a empresas reconhecidas como de relevante interesse público municipal, há ainda uma reflexão a fazer. A reflexão não é nossa, mas do que podemos ver da documentação que acompanha o próprio regulamento, foi uma reflexão feita pela própria ACIB e faz todo o sentido. As sanções a aplicar às empresas que ficaram com lotes que não cumpriram com os critérios da seleção e as regras emanadas pelo regulamento deviam ser distintas consoante a sua tipologia, isto é, em função de haver benefício de reconhecimento por parte das empresas que obtiveram melhor classificação, elas deveriam ser também as mais penalizadas em situações de incumprimento. Ainda dentro dos critérios de seleção e na afirmação que atrás referimos em que o modelo de venda não se adequa aos tempos em que vivemos, temos o exemplo da Fórmula F do Anexo IV, nomeadamente as empresas com sede no município. Aqui, pura e simplesmente, o Executivo Municipal não quer sair da caixa. Qual é a vontade política? É de senso comum que a realidade de investimentos de há 5 anos é diferente da de agora. Um investimento de agora fica refém de inovação tecnológica diária, ao mesmo tempo da turbulência das crises pandémicas, energéticas e económicas e aqui, o regulamento, no nosso entender, tinha de ser mais flexível e, para além disso, também existe a incumbência do investidor ficar também refém da Câmara Municipal.”-----

----- “Por último, algo que, por um lado, me deixa orgulhoso, mas por outro lado me deixa perplexo e, no mínimo, fustigado e tem diretamente a ver com as alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 9.º, ao nível das condicionantes. Especificamente, a obrigatoriedade de acompanhamento arqueológico aquando da execução da obra no lote. Fico orgulhoso, porque obviamente que,



para mim, mais tarde ou mais cedo, teria de ser uma inevitabilidade. Neste campo e noutras áreas e demais recomendação existente, eu próprio até iria ainda mais longe, mas não deixa de ser para mim um sinal muito positivo na prevenção da salvaguarda do nosso património. Contudo, tudo seria perfeito se não fosse, e aqui obviamente que estou a ser contido nas palavras que emprego, algo perverso. E daí ficar perplexo e também ainda fustigado.” -----

----- “A Câmara Municipal de Oliveira Bairro parece que nos está a dar o ónus de que faz tudo o contrário e depois acontecem sempre os diferendos com os particulares, porque tudo é imputado ao particular sem o Executivo fazer o seu trabalho de casa e depois quem perde é o município: o investimento, o património e a arqueologia. Vejamos: a Lei de Bases do Património Cultural, de 8 de setembro de 2001, no seu artigo 15.º define, logo de início, como categoria de bens patronais, os bens imóveis. Dentro destes, os monumentos e os sítios arqueológicos. Já no artigo 43.º define as suas zonas de proteção, ou seja, primeiramente, após a deteção e inventariação do bem imóvel, dá-se a sua classificação, podendo ela ser de interesse nacional público ou municipal. Sendo classificado ou estando em vias de classificação, o certo é que goza a partir deste artigo de um regime especial de proteção na área de 50 metros, contadas a partir dos seus limites externos. Tudo isto faz com que sempre que haja revolvimento de terras dentro deste perímetro, tenha de haver acompanhamento arqueológico. E tudo isto também está enquadrável no próprio Regulamento do PDM, tal e qual é possível ler a partir do artigo 21.º, nomeadamente, que nos locais identificados como sítio arqueológico, todas as intervenções que envolvam obras de edificação, obras de demolição, de loteamento, de urbanização, de reconstrução, trabalhos de remodelação de terrenos e trabalhos de revolvimento ou remoção de solos, ficam condicionadas à realização de trabalhos arqueológicos e continua o próprio artigo 21.º do nosso PDM, do Regulamento do PDM, a ir ao encontro da própria área de proteção, que são os tais 50 metros. O que acontece é que no nosso concelho apenas existem quatro sítios classificados arqueologicamente: um fica na Zona Industrial de Oiã e aqui faço a publicidade, por baixo da TORRECID, e os outros três, entre a Serena e Montelongo da Areia, na freguesia de



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Oliveira do Bairro. É possível aceder à localização dos sítios na Plataforma Nacional do Património Cultural, todos eles contextualizados na área da pré-história e todos eles a mais de 50 metros da zona de afetação de ampliação da Zona Industrial de Vila Verde.” -----

----- “E aqui são várias as questões que se nos coloca: Na elaboração do estudo de impacto ambiental, foi detetado algum vestígio nesta área? Se sim, teve o seu devido acompanhamento? Quais os resultados desse acompanhamento? Aquando da execução dos trabalhos por parte da Câmara Municipal e da preparação das infraestruturas públicas, foi feito o devido acompanhamento arqueológico? É que grande parte do revolvimento de terras foi feito nesta fase. Se sim, quais foram os resultados? Ou a indicação para inclusão no presente regulamento foi feito por associação dos sítios pré-históricos conhecidos em Oliveira do Bairro? É que se assim foi, porque é que não houve acompanhamento arqueológico na limpeza das margens do Rio Levira? Nas obras executadas recentemente pela Câmara Municipal na Zona Industrial de Oitã? É que estas questões são importantes no princípio ético da estipulação desta obrigatoriedade para os investidores. E quem, mais uma vez, fiscaliza tudo isto?” -----

----- “Mais: aquando do aparecimento de vestígios arqueológicos na execução da obra e a mesma ter de parar, na pior das hipóteses de três meses a meio ano, o que fica acautelado para o proprietário? Nomeadamente, ao nível do cumprimento dos prazos de edificação e de começo de laboração? Ficam congelados, havendo anuência por parte da Câmara Municipal? E onde é que tudo isto está vertido no Regulamento? Aconteceu com o património azulejar e vai acontecer aqui. A Câmara Municipal, por não ser eficaz e fazer o trabalho sério de raiz, imputa no investidor um conjunto de responsabilidades das quais não irá, infelizmente, conseguir dar soluções e isso é para mim, pessoalmente, fustigante. Estagnamos o município, empatamos o investidor, estragamos o património e desgastamos a arqueologia. Obrigado, Senhor Presidente.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em Exercício **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – agradeceu ao Sr. Membro da Assembleia Municipal Álvaro Ferreira e passou a palavra ao Sr. Membro da Assembleia da Bancada do CDS-PP, António Pato.



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- **ANTÓNIO PEDRO PEREIRA PATO** – cumprimentou todos os presentes e iniciou a sua intervenção, afirmando: “Queria, na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia em Exercício, fazer um repto nesta minha primeira intervenção na Assembleia Municipal deste município e dizer que continua a ser um fórum, um momento de debate, de discussão, e o órgão fundamental nas decisões do futuro do nosso concelho.”-----

----- “Indo ao tópico em específico: em relação a este regulamento, eu acho que há que olhar para este regulamento, não apenas como um mero documento que contém regras de funcionamento de venda de lotes, nem como um documento meramente técnico que deve merecer o escrutínio das questões específicas em relação ao tema. Acho que há que olhar para isto de uma maneira maior e, como disse há pouco, na discussão de um futuro. E por isso, gostava de fazer um exercício de memória que penso que é muito considerável e que deve ser tido em conta por todos aqueles que vão votar este regulamento, na medida daquilo que ele pode significar para o futuro.”-----

----- “E fazendo um exercício em relação àquilo que foi o crescimento, o aparecimento, diria até, a expansão e o sucesso que foram as nossas zonas industriais em Oliveira do Bairro, eu gostava de recordar todos que o início da nossa, vou apelidar, desculpem-me: revolução industrial em Oliveira de Bairro, retoma a 1987. Em 1987 foi, em Assembleia Municipal, tido um consenso sobre a necessidade de futura criação das zonas industriais. Nessa altura, o procedimento passava já pela expropriação dos terrenos e outro ponto fulcral era a aprovação do plano de pormenor realizado e aprovado em Assembleia Municipal em 1987. Em 1990, a prioridade do município era concretizar, no mínimo tempo possível, essa Zona Industrial de Oiã e, portanto, para diminuir as dificuldades encontradas, foi criado um pelouro específico. Em 1992 foram adjudicados os trabalhos de terraplanagem em alguns lotes e posteriormente, em 1995, já se verificava a última fase de movimentação de terras, foram abertas e discutidas as propostas para as empreitadas de abastecimento de águas, águas pluviais e esgotos. Seguiu-se, penso que alguns ainda se recordam, com a construção da ETAR e da estação elevatória e do



Oliveira do Bairro assembleia municipal

reservatório, algumas obras que apoiaram todo o funcionamento atual, hoje, da Zona Industrial de Oiã, o que se verificou essencial depois para a sua projeção e funcionamento mais tarde. A Câmara continua a implantar terrenos.”-----

----- “Da Zona Industrial de Oiã, passou-se a vontade de explorar outras zonas industriais no concelho, primeiro na Palhaça, mais tarde em Vila Verde e em 2001, já tinha sido assinado um protocolo com a Secretaria de Estado da Administração Interna para a continuação do alargamento de todos estes espaços industriais. Até ao dia de hoje, desde essa altura, são ainda conhecidos os esforços para o alargamento das mesmas e penso que, independentemente da composição dos executivos, das equipas técnicas da Câmara Municipal ao longo do tempo, foi sempre unânime o esforço e o contributo de todos e a certeza consensual de que é preciso continuar a apostar nas zonas industriais. Eu nasci em 2001. Em 2001, o mundo virou um bocadinho as voltas do ponto de vista económico. Nós em 2001 tivemos, digamos, aquilo que foi a mudança de um paradigma económico, depois dos anos 90. A China entra para a Organização Mundial do Comércio, a União Europeia alargou-se a novos países, Portugal entrou em recessão pela primeira vez há muito tempo e isso teve impactos e dificuldades muito gritantes e difíceis. Em 2001, Oliveira de Bairro era o concelho com menor taxa de desemprego em Portugal. Em 2001, Oliveira do Bairro tinha acabado um processo de expansão económica industrial que tinha colocado no setor secundário um crescimento da população empregada que ultrapassou os 10%, algo que nunca foi visto, possivelmente em Portugal e em nenhum município. Em 2001, o setor terciário cresceu e a população empregada no setor terciário duplicou em relação a 1991. Em 10 anos, a economia oliveirense terciarizou-se muito mais e mais depressa do que o próprio país.”

----- “E, portanto, se há algo a que isto se deve e se houve contributo, tenho a certeza para estes números, foi precisamente o trabalho que foi feito pelo município ao longo do tempo e que permitiu que, nessa altura, face a todas as dificuldades, que nós pudéssemos ter garantido alguma estabilidade e pudéssemos garantir aos oliveirenses aquilo que é fundamental, que é emprego de qualidade, qualidade de vida e aquilo que muitas vezes discutimos aqui, que é



Oliveira do Bairro assembleia municipal

alguma estabilidade na sua vida, que deve ser sempre esse o foco e o papel do município.”-----

----- “Dito isto, penso que vinte e dois anos depois, deve ser tido novamente em conta que o esforço para a ampliação das nossas zonas industriais é muito mais do que a discussão e a discussão técnica de regulamentos ou de documentos, que são certamente fundamentais e que são ferramentas essenciais para este processo, mas é muito mais do que isso. E acho que, à semelhança do que aconteceram naqueles anos e do que aconteceu naquela altura, acho que temos que ter a capacidade de chegar a um consenso e o maior consenso será sempre o melhor para o futuro da economia em Oliveira do Bairro e para garantir futuro a novas gerações, a um concelho que está vivo e deve continuar a estar. Muito obrigado.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em Exercício **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – agradeceu e deu as boas-vindas ao Sr. Membro da Assembleia Municipal António Pato, após a sua primeira intervenção na Assembleia Municipal. Afirmou ainda, que seria com Membros como Sua Exa. e outros Membros da Assembleia Municipal, que iriam todos juntos continuar a fazer da Assembleia Municipal, o grande fórum de reflexão estratégica do Município de Oliveira do Bairro.-----

----- Dirigindo-se, ainda, ao Sr. Membro da Assembleia António Pato, explicou que tinha contado com compreensão, tal como outros Membros daquela Assembleia, para ter latitude na sua intervenção. Disse que não aparentava ter vinte e dois anos e não parecia estar a fazer a sua primeira intervenção na Assembleia Municipal, mas a Mesa achou por bem que a fizesse.”

----- Informou que a Líder de Bancada do CDS-PP prescindiu da sua intervenção e passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – Informou que seria o Sr. Vice-Presidente a prestar todos os esclarecimentos neste ponto. -----

----- Vice-Presidente da Câmara Municipal **JORGE FERREIRA PATO** – Referindo-se à intervenção do Sr. Membro da Assembleia Municipal Acácio Oliveira, esclareceu: “Queria dizer-lhe, antes de mais, que só teremos candidatos e empresários mesmo a candidatarem-se após a



aprovação do regulamento e, portanto, para já não passam de conversas, só depois é que podem formalizar. Aquilo que esteve a dizer aqui e que é importante, o enquadramento todo que fez, é basicamente para a definição de áreas industriais em PDM, em planos, em documentos de planeamento. Nós estamos hoje a aprovar aqui um regulamento, mas é importante o enquadramento é precisamente aquele e esses fatores foram tidos em conta na elaboração do PDM do concelho e na escolha e nos locais para a ampliação das zonas industriais. A questão do edifício dos equipamentos públicos: a ampliação, aquela área, tem um lote específico criado para esse efeito, para a criação de equipamentos e infraestruturas necessárias precisamente nessa área. Portanto, está definido, está perfeitamente identificado e obviamente que será usado para, não sei se exatamente para aquilo que disse, mas para funções desse género e análogas a essa matéria.” -----

----- Dirigindo-se ao Sr. Membro da Assembleia Pedro Campos, respondeu: “Sim, foi a votação, não teve declaração de voto.” -----

----- Referindo-se à intervenção do Sr. Membro da Assembleia Marco Alves, afirmou: “Efetivamente dizer que sim, o regulamento é o culminar de um processo e, portanto, como disse e bem, o que é necessário é darmos oportunidade aos empresários de comprarem, criarem os as suas unidades industriais, produzirem e venderem e contribuírem para o progresso do concelho.” -----

----- Da intervenção do Sr. Membro da Assembleia Municipal Álvaro Ferreira, explicou o seguinte: “A questão do termo extemporâneo, o termo extemporâneo foi utilizado para uma proposta, uma das três propostas que apareceram a consulta pública, porque era uma proposta de reformulação integral, integral, desta proposta de regulamento e, portanto, foi consideração técnica e parece-me bem que, de facto, foi extemporâneo nesta fase apresentar uma proposta que era a alteração completa, praticamente de todos os artigos ou mesmo todos. O “devem respeitar” ou “obedecer” ou o “sob justificação”, são precisamente as cláusulas de salvaguarda que já aqui falei, o documento tem regras que é preciso cumprir e depois tem as cláusulas que



Oliveira do Bairro assembleia municipal

permitirão a quem decidir e, já lá vou a esta questão também que colocou, decidir onde é que há efetivamente intenção de enganar o município ou a intenção de não cumprir com aquilo que está estipulado e onde é que a fronteira com o azar ou que as coisas correram mal e, portanto, as pessoas têm direito a uma segunda oportunidade e têm direito, no fundo, a que seja compreendida a sua situação. A questão, os exemplos que levantou aqui, quer de duas empresas, quer dos fatores e etc., está elaborado o enquadramento legal e, obviamente, que o município tem um gabinete jurídico, um gabinete técnico que fará essa análise e, tal como na elaboração do documento, também a questão, depois, do que seja a escolha e a hierarquização das propostas e das empresas terá sempre subjacente um documento técnico que será avaliado tecnicamente e o culminar disto decorre da lei, porque somos uma entidade pública em hasta pública e, portanto, independentemente da hierarquização que se faça, depois acabará na hasta pública por se definir aquelas que serão depois no fundo, quem compra e quem vende.” -----

----- “A questão arqueológica: o que está vertido neste regulamento é basicamente aquilo que a CCDD impôs. Eu percebo o que disse, não foram encontrados. A obra foi acompanhada em termos arqueológicos, não foram encontrados quaisquer vestígios e, de qualquer maneira, estas regras foram-nos impostas pela CCDD. Deixe-me cometer uma inconfidência: na visita conjunta ao local, eu até comentei com a Técnica da CCDD que tínhamos um Vereador, o Sr. Álvaro Ferreira na altura era Vereador do Município, ela até me disse que conhecia muito bem e portanto, estaríamos bem acompanhados nesta matéria. E, portanto, o município pretende, obviamente, como nesta, como noutras matérias, cumprir o que está legislado, cumprir o seu dever. O nosso objetivo é dentro da lei, prestar o melhor serviço e, acima de tudo e como dizia o Membro da Assembleia Marco Alves, é disponibilizarmos e permitir aos empresários que tenham terrenos para construir e que as suas empresas vendam e criem prosperidade para o nosso concelho, porque o objetivo, nosso e penso que de todos os que estão nesta sala, é precisamente esse.” -----

----- Por último, referente à intervenção do Sr. Membro da Assembleia António Pato, afirmou:



Oliveira do Bairro assembleia municipal

“Eu não sei se deva comentar ou não, mas não posso deixar de dizer que fez aqui uma resenha histórica correta e enquadrou bem o assunto e dizer-lhe que primeiro foi Vila Verde e depois a Palhaça. Muito obrigado. Continuo disponível para os esclarecimentos necessários. Muito obrigado.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em Exercício **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – agradeceu os esclarecimentos prestados pelo Sr. Vice-Presidente e terminados os primeiros esclarecimentos dados pelo Executivo Municipal, questionou os Membros da Assembleia Municipal quem pretendia usar da palavra para a segunda ronda de intervenções. -----

----- De seguida passou a palavra ao Sr. Membro da Assembleia André Chambel, informando que teria 15 minutos para efetuar a sua intervenção. -----

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – cumprimentou todos os presentes e iniciou a sua intervenção, afirmando o seguinte: “Eu quase que iria dizer que eu não estava para vir aqui, mas pronto, depois do desafio inicial, eu acabei por ler o documento, e aquilo que eu vou falar é daquilo que eu li no documento. Mas também tenho memória, apesar de ser recordado ali que o caro membro da Assembleia Municipal António Pato nasceu em 2001, alguns de nós já cá andávamos, mas pronto, que é o meu caso. Sim, se nós pensarmos bem, este é o primeiro regulamento ou digamos assim, não é o primeiro regulamento, é o regulamento que até agora vem mais bem ou melhor ou mais estruturado das nossas zonas industriais, porque eu ainda votei o regulamento da venda de lotes e de funcionamento. Principalmente, dos preços, o regulamento era de preços, preços de venda dos lotes da Zona Industrial de Vila Verde original em 2004 e antes disso, já havia um regulamento da Zona Industrial de Oiã, mas este é aquele que vem mais sistematizado. Entretanto, saiu uma série de legislação, nomeadamente a questão do património e da proteção do património arqueológico, assim como outras do ponto de vista ambiental, de comunicações, de resíduos sólidos urbanos, uma série deles, pronto.” -----

----- “E eu vinha aqui só por duas questões principais, uma das formas que as empresas têm



Oliveira do Bairro assembleia municipal

para poderem adquirir os lotes através de, primeiro de uma candidatura em que se tiverem uma pontuação entre, se não me engano, entre oito e dez, poderão ser consideradas de interesse municipal. Poderão ser, ficam candidatas, porque depois a proposta ainda tem de ir à Câmara Municipal e nós aqui na Assembleia Municipal temos de determinar esse real interesse municipal para que assim, terem um acesso mais expedito ou mais privilegiado, perdoem-me a expressão, para o acesso ao lote.” -----

----- “Depois foram levantadas uma série de questões relativamente às salvaguardas e à possível penalização das empresas ou dos empresários quando se candidatam e aquilo que depois acaba por ser fruto da vida normal de uma empresa, numa economia de mercado em que há altos, há baixos, há incertezas, há mudanças de operação, de produção, económica, há várias, há várias alterações, muitos de nós estamos ou estivemos ligados ao setor empresarial e sabemos bem como é que é a vida das empresas. E aquilo que eu vejo no regulamento é uma salvaguarda do interesse público, primeiro. E quando nós pensarmos no interesse público que vemos do interesse patrimonial da Câmara Municipal relativamente ao bem que é vendido e que fica comprometido com aquele empresário ou com aquela empresa e evitar que haja especulação ou que haja um desenvolvimento de uma atividade que não era aquela que estava prevista originalmente, levando ou defraudando um pouco aquilo que tinham sido as regras originais para a atribuição daquele lote.” -----

----- “Dizem os Senhores, escreveram os senhores Vereadores, penso que a ACIB também escreveu, que não é tão claro a salvaguarda também dos interesses das empresas ou dos empresários nessas cláusulas que salvaguardam o interesse público. Aí haverá, não é a opinião, mas a deliberação e o entendimento da Câmara Municipal, qualquer que ela seja, para que se adapte e se analise o que é que está diferente, o que é que correu mal, o que é que está a correr melhor do que era previsto e, por isso, poderá haver alterações relativamente ao número de empregados, à tipologia da atividade económica. Mas o interesse público tem de ser sempre salvaguardado e nós já tivemos aqui no concelho de Oliveira do Bairro alguns casos em que esta



Oliveira do Bairro assembleia municipal

questão da especulação imobiliária foi gritante e acredito que o interesse em colocar estes artigos no Regulamento é precisamente para evitar que isso volte a acontecer.” -----

----- “Depois, o Senhor Acácio Oliveira veio aqui falar de enquadrarmos o papel da oposição municipal, já o tem feito aqui várias vezes, as zonas aqui a pensar ou a refletir sobre como se prepara a instalação de uma zona industrial. Falou da importância dos serviços postais e falou aqui das questões de alguns serviços ou algumas funcionalidades que a zona industrial deve salvaguardar. Se vocês bem se recordam, quando se foi falando acerca da zona industrial, nomeadamente na Câmara Municipal, havia sempre a localização de um edifício, de uma área que teria, chamemos-lhe, serviços ou funcionalidades comuns e que esse espaço poderia, eventualmente, penso que não terá fechado, a possibilidade de haver espaços de incubação, de alojamento empresarial, nomeadamente de *coworking*, apesar do *coworking* e falo disso de experiência própria da minha vida empresarial ou de apoio ao desenvolvimento empresarial anterior e aquilo que eu vejo aqui também, em Oliveira do Bairro, o *coworking* na nossa zona, dada a tipologia do nosso espaço urbano e da nossa população, nomeadamente, da população ativa, aquela que quer desenvolver e que quer arrancar com uma atividade profissional ou que tenha uma atividade profissional liberal, chamemos-lhe assim, não vão muito atrás dos espaços *coworking*. Falo aqui em Oliveira do Bairro e Anadia, que é o meu testemunho. Se se verificar, por exemplo, a incubadora de empresas do Polo da IERA de Oliveira do Bairro tem dois espaços de *coworking* que nunca foram usados como tal. Estão atualmente a ser utilizados como espaços de incubação normais. Mas faz sentido num espaço daqueles, acho que faz mais sentido até para além do espaço de *coworking*, não um espaço de *coworking*, isso sim sentia e ainda sinto alguma necessidade, acho que faz sentido nós termos gabinetes ou pequenas salas de reuniões disponíveis para pequenas reuniões de empresários que passem por cá, que estejam cá alojados, estejam a visitar um cliente e possam receber um ou outro potencial cliente. Acho mais sentido, fazer mais sentido, uma sala de reuniões para oito/dez pessoas do que propriamente um espaço de *coworking* e depois a Sala de Reuniões também serve para a parte do *coworking*



Oliveira do Bairro assembleia municipal

mas estaria sempre mais vocacionada para (e já vou nos sete minutos e meio, muito obrigado) mas sim, penso que faz todo o sentido que aquilo seja disponível e vocacionado também para esse tipo de atividade.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em Exercício **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – agradeceu a intervenção do Sr. Membro da Assembleia André Chambel e passou a palavra ao Sr. Membro da Assembleia, Líder de Bancada do Partido Social Democrata Álvaro Ferreira, informando que teria três minutos e quarenta segundos para efetuar a sua intervenção. -----

----- Verificando-se que o Senhor Membro da Assembleia Álvaro Ferreira prescindiu da sua intervenção, questionou o Sr. Presidente da Câmara Municipal se pretendia dar algum esclarecimento. -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – agradeceu pelo uso da palavra e afirmou que iria passar a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, para os esclarecimentos que entender por convenientes. -----

----- Vice-Presidente da Câmara Municipal **JORGE FERREIRA PATO** – Informou que não se tratava bem de um esclarecimento, era mais um comentário e uma constatação: “Estivemos aqui a ouvir o Chefe de Gabinete do Senhor Presidente e eu queria dizer aqui que ele não foi útil na elaboração do regulamento, porque não participou, mas como ouvimos vai ser útil depois no processo de dinamização daquela área e, portanto, obviamente que só contamos com ele e com todos vós para fazermos este trabalho de sucesso desta ampliação e das próximas que aí virão. Muito obrigado, Senhor Presidente.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em Exercício **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – terminados os esclarecimentos por parte do Executivo Municipal, informou que estariam em condições de passar à votação do ponto **4.1. – Apreciação e votação da informação prestada pelo vereador do**



Oliveira do Bairro assembleia municipal

PELOURO – PROJETO DE REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO E DE VENDA DE LOTES NO ÂMBITO DO LOTEAMENTO DA AMPLIAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL DE VILA VERDE.

----- **DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, deliberou, por Maioria, com 14 Votos a Favor e 11 Abstenções, dos Membros António Bernardo, Nuno Barata, Almerinda Belchior, Álvaro Ferreira, Sérgio Pelicano, Joana Mota, Lília Tavares, Carla Miranda e Annelise Guimarães, da bancada do PSD, e dos Membros Acácio Oliveira e Carolina Ribeiro da bancada do PS, aprovar o Regulamento de Funcionamento e de Venda de Lotes no âmbito do Loteamento da Ampliação da Zona Industrial de Vila Verde, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

----- Iniciou-se, de seguida, o ponto da ordem de trabalhos **4.2 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA INFORMAÇÃO PROPOSTA N.º 88/2023 – PRESTADA PELO SERVIÇO DE AÇÃO SOCIAL E IDADE MAIOR – 1.ª REVISÃO DA ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO DE OLIVEIRA DO BAIRRO;** -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em Exercício **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – solicitou ao Sr. Presidente do Executivo Municipal que usasse da palavra para apresentação do ponto, lembrando que dispunha de 10 minutos. -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – agradeceu pelo uso da palavra e informou que iria tentar ser sintético, uma vez que posteriormente estaria também disponível, juntamente com a Sra. Vereadora que tem o pelouro da Ação Social, para responder às questões levantadas. -----

----- Passou, de seguida à apresentação do ponto: “Em grosso modo, este órgão conhece bem a nossa estratégia, conhece aquilo que está a ser implementado no terreno e também são conhecedores, porque sempre teve o cuidado de vir, até porque os Senhores Membros desta Assembleia Municipal têm feito mesmo essas questões, têm questionado sobre a evolução da estratégia da habitação local, sobre a aquisição de imóveis para implementação dessa própria



estratégia. E eu também tenho referido as dificuldades que nós temos sentido para a aquisição, para colocar de imediato às nossas famílias e às necessidades que têm. Em função de tudo isto e em função daquilo que é a realidade e a disponibilidade que o município também tem de equipamentos e em particular, alguns equipamentos habitacionais que precisa de transformar e preparar para estarem disponíveis e, depois também, e porque o município é detentor também de imóveis que poderão vir a ser local para a colocação de habitação, mesmo até de construção mais rápida, mais rapidamente disponível para colocar à disponibilidade da população e daqueles que necessitam desta mesma habitação, entendemos por bem fazer uma alteração, uma revisão, para adaptar também a esta realidade que nós estamos todos a sentir.” -----

----- “Junta-se também aqui, também outros imóveis, um deles propriedade da União de Freguesias, como nós sabemos, há trinta anos têm como projeto a constituição de equipamentos sociais para habitação social. Isso, previamente informado o Senhor Presidente da Junta de que era uma pretensão do município pegar num projeto que tem estado parado no que toca àquela freguesia, então aproveitando também esses terrenos e esse mesmo destino, ele está preparado para equipamentos, para instalação de equipamentos, ou seja, Senhor Presidente, aproveitando todos os locais que estão preparados para a instalação de equipamentos e para a instalação deste tipo de habitação. Foi esta transformação dentro dos valores que estavam disponíveis para o município, no que toca à estratégia de habitação local e do investimento que nós temos previsto com as atualizações que Vossas Excelências poderão verificar na informação técnica que acompanhou este tema que veio à Assembleia, perdão, à Reunião de Câmara e agora que está na Assembleia Municipal. Queria dar nota de que o município tem preparado já projetos para renovação, nomeadamente, no Edifício do Passal, prontinhos para logo que seja possível e que seja permitido também colocar já em andamento. Também para a Travessa da Misericórdia, aliás, nós fomos preparando também naquilo que era nosso e não ficando só reféns, diria eu, reféns da aquisição de imóveis devolutos.” -----

----- “Nós não tiramos o foco de continuar a apostar na aquisição de imóveis devolutos para



Oliveira do Bairro assembleia municipal

recuperá-los e colocá-los no mercado de habitação. Continuaremos sempre, também sabemos que o privado o está a fazer, o que tem dado mais dificuldades ao município nesta matéria, mas tentaremos conciliar todas elas, de forma a que rapidamente e, esse é o grande objetivo, rapidamente termos habitação disponível para as nossas famílias que têm mais necessidades e que aguardam há tempo para que possam estar disponíveis. Senhor Presidente, eu estou ao dispor para questões que se tornem prementes, tanto eu como a Senhora Vereadora.” -----

----- Secretária da Mesa da Assembleia Municipal **ALMERINDA NOGUEIRA BELCHIOR** – questionou os Senhores Membros da Assembleia quem pretendia usar da palavra para intervir naquele ponto. -----

----- Havendo duas inscrições para intervir, passou a palavra à Sra. Membro da Assembleia Carolina Ribeiro da Bancada do Partido Socialista, informando que dispunha de quinze minutos.

----- **CAROLINA MARTINS RIBEIRO** – cumprimentou todos os presentes e afirmou que: “É com bons olhos que a bancada do Partido Socialista vê esta alteração à Estratégia Local de Habitação, como é óbvio, visto que temos vindo também a alertar para questões relacionadas com a habitação no nosso concelho, nomeadamente no que concerne a prédios devolutos e temos de reconhecer a gravidade do que são as situações de insalubridade e de sobrelotação habitacional retratados no documento que nos foi facultado. Neste sentido, nada vemos de errado nestas aquisições, visto que se encontram bem justificadas, deixando, no entanto, duas questões que pretendemos ver respondidas: Em 1º lugar, se existe então uma data, uma previsão de data para o começo desta reabilitação e/ou preparação destas residências, tal como para a conclusão dos trabalhos visto que o realojamento destas pessoas nos parece urgir e urgir mesmo. E, em 2º lugar, se esta aquisição e reabilitação será feita através de algum financiamento proveniente de fundos comunitários, por exemplo, dado o seu elevado valor total que julgo não estar indicado na alteração que nos foi distribuída.” -----

----- “Posto isto, gostaríamos ainda de deixar duas notas, sendo a primeira a de que a construção e a própria reabilitação de habitação social deverá ter em consideração a sua



Oliveira do Bairro assembleia municipal

conceção arquitetónica, visto que temos vindo a deparar-nos com edifícios construídos para habitação social que descaracterizam a zona em que se encontram. Não que isto seja o problema mais relevante, mas tem, evidentemente, um ar pouco cuidado, colocarei assim a palavra, na sua construção, o que é já um problema, visto que o local onde se vive é, desde já, uma fonte de desigualdade, algo que teremos de ter a capacidade de contornar, sobretudo sabendo as circunstâncias sociais em que vivemos e dar as devidas condições a todas as pessoas que o necessitem. Neste sentido, apelamos a que este aspeto seja tido em consideração, realçando que não estamos a exigir que esta reabilitação ou construção seja com materiais extremamente caros, o que se tornaria utópico, mas há cuidados que devem ser tidos.” -----

----- “E, por último, gostaríamos ainda de ressaltar e deixar claro que esperamos que não aconteça com estas habitações um cenário semelhante ao de tantos municípios em que a habitação social construída com o propósito de ser uma habitação a custos regulados e adaptado às famílias com maiores carências, acaba por ser vendida aos privados que praticam rendas muito acima das possibilidades de muitas pessoas. Não é este o objetivo da habitação social, a habitação social é pública e tem de ser gerida pela Câmara Municipal e é importante que isso seja mantido. Obrigada.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em Exercício **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – agradeceu a intervenção da Sra. Membro da Assembleia Carolina Ribeiro e passou a palavra à Sra. Membro da Assembleia Municipal da Bancada do Partido Social Democrata, Joana Mota, lembrando que teria quinze minutos para a sua intervenção. -----

----- **JOANA MIRANDA MOTA** – cumprimentou todos os presentes e afirmou que: “O PSD não está contra a revisão que é apresentada, porque desde o início que tem vindo a alertar para uma atualização de dados, desde o debate em torno da Estratégia Local de Habitação e o primeiro direito e em várias formas, quer seja em reuniões da Câmara Municipal ou nas próprias Assembleias Municipais. Ainda em fevereiro último, aquando da votação da moção apresentada



Oliveira do Bairro assembleia municipal

pelo CDS, o nosso colega e Presidente de Junta Simão Vela, refletiu sobre as várias situações que acabam por ser o enquadramento desta revisão, nomeadamente o aumento significativo da procura habitacional do concelho, o aumento da procura de habitação por pessoas emigrantes e refugiadas, o aumento de situações de despejo, a diminuta oferta de habitação face à procura, o aumento dos preços por metro quadrado quer na compra, quer nos arrendamentos. O PSD quando se assume como alternativa, assume-se também, porque nos momentos certos e nos sítios certos alerta o Executivo Municipal, para que o mesmo possa melhorar a qualidade da apresentação dos seus documentos e melhorar a eficiência dos seus projetos.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em Exercício **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – agradeceu à Sra. Membro da Assembleia Municipal, Joana Mota e findas as duas intervenções, questionou o Sr. Vice-Presidente da Câmara se pretendia usar da palavra para algum esclarecimento. -----

----- Vice-Presidente da Câmara Municipal **JORGE FERREIRA PATO** – agradeceu pelo uso da palavra e solicitou permissão para passar a palavra à Sra. Vereadora Lília Ana Águas, para a prestação de esclarecimentos. -----

----- **LÍLIA ANA DA CRUZ OLIVEIRA MARTINS ÁGUAS** – cumprimentou todos os presentes e afirmou que iria tentar ser breve nos esclarecimentos e nas respostas às questões colocadas. Iniciou a sua intervenção com um breve enquadramento social daquela revisão da Estratégia de Habitação Local do município: “Dizer-vos que a Carta, a nossa Estratégia de Habitação Local foi aprovada, o documento foi terminado em 2020 e foi aprovado em 2021. É natural e toda a gente sabe que houve uma alteração na conjuntura, quer económica, quer social, quer do país, quer do concelho, quer do mundo inteiro e, portanto, estamos todos a braços com isso e nós entendemos que, depois do desenvolvimento e do diagnóstico que fomos fazendo ao longo destes meses, que era importante que houvesse uma revisão deste documento, que é um documento estratégico, de facto, que define as políticas de habitação social do nosso concelho para que, de facto, se atualizasse e se enquadrasse àquilo que é a realidade na atualidade no



Oliveira do Bairro assembleia municipal

nosso município, não esquecendo que este é um documento que é para terminar em 2026 e portanto, é um documento que vai trazer grandes alterações na área da habitação, mas que vai funcionar para o futuro.” -----

----- “Dizer-vos que esta alteração do diagnóstico tem muito a ver com o aumento de famílias carenciadas que nós diagnosticámos no nosso concelho e que tivemos que incluir neste documento e portanto, acho essencial que se olhe para este documento e que se veja a parte do diagnóstico social e, portanto, aquilo que eram as 99 famílias a apoiar no primeiro documento aumentou para 126 famílias. Neste momento, mais 6 que estão em habitação do município e que estas habitações serão objeto de requalificação e, portanto, temporariamente, estas pessoas também serão, estes agregados familiares também terão que ser realojados. Mas dizer-vos que, de facto, há uma alteração social, também muito de acordo com aquilo que está plasmado no próprio documento, tem muito a ver com aquilo que é o aumento da população no nosso concelho. O tipo de aumento população do concelho tem também a ver, infelizmente, com aquilo que são o aumento dos casos de despejo, que infelizmente são uma realidade, a questão do aumento dos sem-abrigo, a questão também do aumento do preço de metro quadrado na habitação e tudo isto levou-nos à necessidade desta revisão.” -----

----- “Quero ainda deixar aqui uma palavra, de facto, de agradecimento e dar os parabéns, quer à equipa técnica de ação social liderada pela Dra. Cláudia Rodrigues, quer a equipa técnica da Dra. Isabel Simões, porque este é um documento que é trabalhado em parceria, quer da parte social, quer a parte de obras particulares do município, porque sem este trabalho, de facto, destas duas equipas, este documento não poderia estar da forma que está. O primeiro estava excelente, este na minha opinião também reflete isso. E dizer-vos o seguinte, isto para concluir, que a previsão da data do início é brevemente, eu espero que em 2026, nós tenhamos, de facto, toda esta previsão de construção, de reabilitação, concretizada. Dizer ainda que aquilo que foi necessário fazer e fruto daquilo que já expliquei, foi alargar as soluções habitacionais que estavam previstas e que são comparticipadas pelo IRU. Portanto, isto é um documento que, e



para responder à Carolina que, de facto, há comparticipação do IRU e que alargámos as soluções habitacionais e alargámos para quais? Para aquelas que nós entendemos que também eram viáveis e que também a própria população nos respondeu. Há aquele património que o Sr. Presidente já aqui referiu, que é o património próprio do município que também vai ser objeto e que nós podemos reaproveitar para requalificar e colocar ao arrendamento e também para dar resposta àquilo que são as questões de violência doméstica, às questões do despejo, a questão dos refugiados, também a abertura a esta opção das entidades do terceiro setor, para que, de facto, possam criar eles próprios e candidatarem-se a estas opções na área de habitação para responder a este tipo de população e ter mais ainda habitação no nosso município. Dizer-lhes que as questões arquitetónicas que aqui referiu, nós temos sempre em consideração isso. Primeiro, respeitamos a legislação em vigor e tudo o que é o cumprimento das regras de construção e de licenciamentos e portanto, que o nosso município obedece, quer a legislação local, quer a nacional. Mas aquilo que é as nossas opções arquitetónicas, nós temos sempre em consideração, de facto, que não haja aqui um impacto, um choque, de facto, do ponto de vista arquitetónico, que haja uma harmonia nessa matéria.” -----

----- “Depois a questão que colocou a Carolina, relativamente à habitação social ser vendida a particulares ou ser construída para habitação social e depois ser vendida a particulares que depois colocam no mercado de arrendamento e não têm custos a rendas controladas, não é o caso. Estas habitações obedecem a regras específicas do IRU e depois serão todas colocadas em arrendamento através de um regulamento e, portanto, que está a ser desenvolvido neste momento e, portanto, isto são habitações que são específicas para estas famílias que estão aqui sinalizadas e para outras, entretanto, que venham. Vamos disponibilizando de acordo com aquilo que temos, não é? E de acordo com a tipologia de família e de agregado familiar a acolher e também, de facto, com a natureza da situação de precariedade que o próprio agregado tenha, mas sempre respeitando aquilo que são as regras, quer do IRU que nos impõe para este tipo de arrendamento, quer depois aquilo que vai ser o nosso regulamento, portanto, é uma questão de



Oliveira do Bairro assembleia municipal

transparência e será assim. Eu penso que não haverá problema em relação a isso. E pronto, parece-me que relativamente àquilo que a Senhora Deputada Joana Mota referiu, pois não tenho mais nada a acrescentar àquilo que disse, parte daquilo que disse foi leitura do documento, das introduções e, portanto, concordo em pleno com o que disse. Muito obrigado.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em Exercício **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – agradeceu a intervenção da Sra. Vereadora Lília Ana Águas e questionou os Membros da Assembleia Municipal se alguém pretendia usar da palavra. -----

----- Não havendo inscrições, informou que estavam em condições de passar à votação do ponto **4.2 – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA INFORMAÇÃO PROPOSTA N.º 88/2023 – PRESTADA PELO SERVIÇO DE AÇÃO SOCIAL E IDADE MAIOR – 1.ª REVISÃO DA ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO DE OLIVEIRA DO BAIRRO.** -----

----- **DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por Unanimidade, aprovar a 1.ª Revisão da Estratégia Local de Habitação de Oliveira do Bairro, nos termos da alínea h) do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, nos exatos termos exarados na Informação Proposta n.º 88/2023, apresentada pelo Serviço de Ação Social e Idade Maior, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais. -----

----- Seguidamente, iniciou-se o ponto da ordem de trabalhos **4.3 – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 99 – MANDATO 2021/2025 – APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO PARA ATIVIDADES CULTURAIS – FREGUESIAS DE OIÃ, DE OLIVEIRA DO BAIRRO, DA PALHAÇA E DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BUSTOS, TROVISCAL E MAMARROSA;** -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em Exercício **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – informou que os Senhores Presidentes de Junta não iriam participar na discussão e votação do ponto e logo de seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentação do mesmo. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – relativamente ao ponto 4.3, informou que “a informação é extremamente descritiva que acompanha a proposta que foi aprovada no Executivo Municipal, descritiva na forma, até nos *timings* em que isso aconteceu. Queria só dizer que, também esclarecer todos os presentes, este apoio é às freguesias para as atividades culturais, naturalmente que existem outro tipo de apoios que será ao tecido associativo que não estão aqui em discussão nem estarão aqui em debate, tem o seu fórum próprio, o seu local próprio onde serão certamente apresentados e aprovados. Obrigado, Senhor Presidente, estou ao dispor.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em Exercício **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – questionou os Srs. Membros da Assembleia quem pretendia usar da palavra, havendo duas inscrições para o efeito. -----

----- Passou a palavra ao Sr. Membro da Assembleia Álvaro Ferreira, Líder de Bancada do Partido Social Democrata, informando que tal como nos pontos anteriores, iria dispor de 15 minutos. -----

----- **ÁLVARO FERREIRA FERREIRA** – No presente ponto, interveio, afirmando o seguinte: “Obedecendo ao princípio basilar de que a presente proposta segue para a nossa apreciação após acordo entre as Juntas de Freguesia e Executivo Municipal, obviamente que em nada nos iremos opor. No entanto, fica a reflexão/sugestão de que, no futuro, não seja meramente a proporção de fundo de financiamento das freguesias usado como critério para distribuição deste tipo de apoio, que se olhe para o tipo de atividade que a Junta de Freguesia realizar e para o montante global do orçamento que a mesma irá ter. Deixo como caso prático e não tirando nem mérito e nem dignidade a qualquer uma das atividades, a comparação entre o valor atribuído à Junta de Freguesia de Oiã e à Junta da União de Freguesias de Bustos, Troviscal e da Mamarrosa. Para a Junta da União de Freguesias será atribuído o valor de 7.064,01€ num orçamento de 19.150€ para a realização da Festa da Fava, Mostra Gastronómica e de Stock-off e para a Junta de Freguesia de Oiã, será atribuído o valor de 6.476,33€ num orçamento de



Oliveira do Bairro assembleia municipal

44.750€ para a realização da Festa da Flor. Obrigado, Senhor Presidente.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em Exercício **NUNO RICARDO VELOSO**

DAS NEVES COSTA BARATA – agradeceu a intervenção do Sr. Membro da Assembleia Álvaro Ferreira e passou a palavra ao Sr. Membro da Assembleia da Bancada do CDS-PP, António Campos, lembrando que dispunha de quinze minutos para efetuar a sua intervenção. -----

----- **ANTÓNIO PEDRO MENDES DA SILVA CAMPOS** – referindo-se à intervenção do Membro da Assembleia Municipal Álvaro Ferreira, referiu o seguinte: “O caro colega Álvaro Ferreira esqueceu-se de referir que, salvo contradição por parte do Senhor Presidente da Câmara, a Câmara Municipal vai apoiar diretamente as associações integrantes da Festa da Flor. Portanto, não vai apoiar a Junta, mas apoia as associações, o que vai dar ao mesmo. E já que pega por aí, eu vou pegar a reboque do que foi sendo feito anualmente, penso desde que cá estou, inclusive no Executivo do Senhor Presidente Mário João. Vamos aprovar um bónus para as festas das freguesias dos nossos concelhos, bem, nada contra, nunca me opus. Eventualmente, aqui ou ali, terei questionado os valores como o Senhor Álvaro Ferreira fez hoje, mas é um bónus para as três Juntas de Freguesia do PSD e uma do CDS. Se depois vêm aqui dizer que o Executivo do CDS é que é de festas, há alguma incoerência, mas pronto. Falando na Festa da Flor, eu acho que devia alertar aqui, aproveitar esta altura, para saber se o Senhor Presidente da Câmara em conjunto com o Senhor Presidente da Junta, têm devidamente prevista a segurança do espaço superior do parque de estacionamento. É que temos de ser coerentes e a Câmara Municipal tem sido criticada por permitir o uso desse espaço, atenção que a Festa da Flor em Oiã costuma atrair muita gente e aquele é um espaço de grande concentração. Eu sei que fuge um bocado ao ponto Sr. Presidente, mas acho que era pertinente entrar nesta questão.”

----- “Voltando às festas. Quer dizer, isto também faz parte da festa, não está cá para ouvir, mas os parabéns ao Senhor Presidente Simão Vela pelo Oliveira a Mexer, com muita música, especialmente muito ciclismo, uma atividade muito querida na Bairrada, nomeadamente ao Sporting Clube de Fermentelos, que todos os anos organiza ou coorganiza o Grande Prémio da



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Anicolor. Sei que a Câmara Municipal apoiou este evento, ao que julgo saber, com 4.000€ e aqui leva-me a uma questão: a Câmara Municipal sabe se este dinheiro, eu penso que já fiz esta questão o ano passado, voltou a ir para o Sporting Clube de Fermentelos? E aqui leva-me a outra questão: a Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro paga a um clube de futebol de outro concelho para ter uma prova de ciclismo?” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em Exercício **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – alertou: “Senhor Membro da Assembleia, eu já referi hoje que os Senhores Membros da Assembleia contam com a latitude da Mesa, mas isso já não é contar com a latitude da Mesa. Peço-lhe que se foque, por favor, minimamente no contexto para que os trabalhos possam continuar a correr como estavam a correr. Muito obrigado”. -----

----- **ANTÓNIO PEDRO MENDES DA SILVA CAMPOS** – respondeu ao solicitado: “Peço desculpa, mas só estava a questionar. Vou continuar, vou saltar estas duas questões que tinha à frente, fica no entanto o reparo, eu peço desculpa ao Senhor Presidente. Voltando ao mesmo, julgo saber que em setembro está prevista uma *co-partying* entre a Junta de Freguesia de Oiã e a Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro e a de Fermentelos. Este financiamento, está já a pensar nisso? Pergunto ao Executivo se já está a pensar nisso, é que assim altera novamente os dados do financiamento e volta a cair a postura do deputado Álvaro Ferreira, quando diz que a Junta de Freguesia de Oiã não foi beneficiada. Muito obrigado, Senhor Presidente.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em Exercício **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – agradeceu ao Sr. Membro da Assembleia António Campos e terminada a primeira ronda de intervenções, questionou o Sr. Presidente se pretendia usar da palavra. -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – agradeceu ao Sr. Presidente da Assembleia em Exercício, pelo uso da palavra e iniciou os esclarecimentos às questões levantadas: “Por acaso, o assunto da segurança no Largo do



Cruzeiro em Oiã, foi um dos assuntos debatidos recentemente pelo Senhor Presidente da Junta com o Executivo e a forma como iríamos articular para a segurança de todos e as sugestões que foram dadas de forma a que o espaço possa ser utilizado, mas, ao mesmo tempo, possa ser assegurado para que não existam problemas como noutras ocasiões. Naturalmente, e tenho a certeza absoluta que o Senhor Presidente da Junta terá, e a Junta de freguesia terão um plano de segurança, que é obrigatório nestas atividades e que acautelará também isso, naturalmente com o nosso apoio.” -----

----- “Dar também nota de que, tanto quanto sei, algumas atividades que possam englobar mais público concentrado a assistir, principalmente a algum espetáculo musical, não será feito ali, será feito noutro local. Havia o problema de termos, porventura, ali um conflito das obras, diria que a entrar em conflito, mas os *timings* quer do concurso público, quer depois até à adjudicação, não vão coincidir com as mesmas e com a atividade em si, ou pelo menos isso foi acautelado para que não existisse esse problema.” -----

----- “Relativamente às atividades, também queria esclarecer aquilo que foi discutido com os Senhores Presidentes de Junta, foi que teriam que apresentar propostas estanques, os *timings* em que as mesmas foram apresentadas estão descritas de uma forma bastante clara, nós reunimos e foi-lhes colocado à frente o valor que iríamos distribuir e que depois eles, se assim entendessem, poderiam mexer no valor, desde que estivessem todos de acordo. Por isso, Senhor Deputado Álvaro Ferreira não foi aqui nada imposto a ninguém, foi mesmo uma escolha dos Senhores Presidentes de Junta, acordaram que este seria o melhor critério, atendendo que, e o senhor deputado António Campos aqui referiu numa outra circunstância, que o município, naturalmente, mas aí é uma opção do município, não é uma opção da Junta de freguesia, é uma opção do município, entendeu apoiar diretamente o tecido associativo, amplamente já referido.”

----- “Relativamente a setembro e àquilo que o Senhor Deputado aqui referiu, pois não faz parte, nem sequer foi apresentado por nenhuma das freguesias, em particular ao Presidente da Câmara. Sei que a Senhora Vereadora Susana chamou a atenção das freguesias, pelo menos a



Oliveira do Bairro assembleia municipal

de Oliveira do Bairro, por causa das datas que coincidem com uma atividade semelhante que acontece em Oliveira do Bairro e que depois poderia vir a coincidir também com o Mix&Move e a Semana da Mobilidade em Oliveira do Bairro. Penso que isso foi coordenado, mas e quanto à forma como as Juntas de Freguesia se financiarão e farão, isso faz parte das suas competências e saberão o que fazer, é por isso mesmo que são organismos autónomos e têm isso mesmo.” -

----- “Relativamente a nós não apoiarmos diretamente, nós apoiamos as juntas de freguesia nesta atividade, não apoiámos numa prova de ciclismo, discriminada e pelo valor. Nós apoiamos as atividades do Oliveira a Mexer, da Festa da Flor, da Palhaça, das Comemorações do Padroeiro da Palhaça e da União de Freguesias, das três, da Festa da Fava, Stock-off e Mostra Gastronómica da Mamarrosa, e é isso que nós apoiamos. Depois e aliás, isso faz parte da proposta, será feita uma transferência para as freguesias, até para já começarem, porque algumas já fizeram a atividade, no caso de Oliveira do Bairro e começarem a pagar as suas despesas. Depois têm que, no final, apresentar e prestar contas e, naturalmente, que prestarão as contas e prestarão aquilo que se tornar necessário. Agora uma coisa que também é importante todos nós termos, as opções políticas são as opções políticas de cada um. O município e não obstante da tentativa de que efetivamente se aposte sempre no local, que se aposte nas nossas coletividades, que sejam convidadas essas coletividades a participar nestas iniciativas, naturalmente que as Juntas de Freguesia têm essa liberdade e conversei com os Senhores Presidentes de Junta até sobre algumas circunstâncias que considerava que poderíamos no futuro afunilar e dar outro mote, mas como todos perceberam e até para alguma dificuldade de receber algumas informações. A Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro avançou mais rapidamente, até porque a iniciativa já passou e nós tivemos de esperar para reunir tudo e não podíamos de alguma forma, estar a limitar aquilo que já tinham sido as iniciativas de uma Junta de Freguesia e depois limitar as outras e não limitar aquela. Então optou-se por manter critérios mais alargados. Naturalmente, essas situações depois são opções que cada um terá que responder, até porque o Senhor Presidente de Junta não está aqui e tem oportunidade de dar



Oliveira do Bairro assembleia municipal

todos os esclarecimentos em primeiro lugar à Câmara Municipal, que está obrigado a isso aqui no próprio documento. Senhor Presidente, eu penso que esclareci quer um Senhor Deputado, quer outro Senhor Deputado.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em Exercício **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – agradeceu os esclarecimentos prestados pelo Sr. Presidente de Câmara e questionou os Senhores Membros da Assembleia se alguém pretendia usar da palavra. -----

----- Passou a palavra ao Sr. Membro da Assembleia da Bancada do CDS-PP André Chambel, informando que dispunha de 15 minutos. -----

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – começou por dar nota do seguinte: “Antes de mais, vão-me perdoar, acho indelicado andarmos a comparar eventos, andarmos a dizer uns mais, outros melhores, a percentagem devia ser diferente, a metodologia devia ser diferente, quando parece que os Senhores Presidentes de Junta acordaram entre eles a metodologia para a distribuição de um valor que o Senhor Presidente da Câmara entendeu que poderia disponibilizar às Juntas de Freguesia para as suas atividades. Acho que não estava em lado nenhum que era uma candidatura, que era por percentagens, nada disso. Os Senhores Presidentes de Junta apresentaram os seus projetos, a pedido do Senhor Presidente da Câmara. O Senhor Presidente da Câmara explicou quais é que eram os critérios. Os Senhores Presidentes de Junta aceitaram os critérios.” -----

----- “Agora virmos comparar as metodologias, se é mais justo, se é menos justo, tanto que é perigoso, porque se nós pensarmos se é mais justo ou menos justo, nós também podíamos pensar do ponto de vista de eficácia. E se já o que usou o senhor Líder da Bancada PPD/PSD, veio aqui fazer comparações, eu venho aqui usar da informação que nos foi prestada pelo Jornal da Bairrada de hoje em que fala de dois eventos que estão aqui em causa, um do Oliveira a Mexer da Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro e o outro, Festa da Fava da União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa. E se nós pensarmos primeiro no número de dias:



Oliveira do Bairro assembleia municipal

o período do evento Oliveira a Mexer foram 4 dias (quinta, sexta, sábado e domingo) de manhã, a hora de almoço, à tarde, o jantar à noite. Festa da Fava: 1 dia, uma tarde, almoço e tarde. O Oliveira a Mexer teve, segundo o Jornal da Barrada, uma participação de doze associações. O Troviscal teve de sete, se não estou em erro, e foi organizado diretamente em parceria e pela responsabilidade de uma delas. O Oliveira a Mexer teve, segundo o Jornal da Bairrada, 2.500 pessoas a participar no evento. Em 4 dias, 2.500 pessoas. A festa da Fava teve 1100, presumo eu, que diz mais de 1000 pessoas, por isso, nem vou às 1200, como já me tinham transmitido, vamos pelo Jornal da Bairrada, mais de 1000 pessoas, 1100 pessoas numa tarde. Oliveira a mexer: 4 dias, 2.500 pessoas. Festival da Fava, sim, uma tarde, 1100 pessoas. Apesar de alguns dizerem aos Senhores da União, que vocês até têm pouca inovação nos eventos, mas numa tarde 1100. O outro com grande inovação, 2.500 pessoas, 4 dias completos, até a televisão cá tivemos nesse dia, num dos dias e muitos parabéns por isso também.” -----

----- “Se falarmos do ponto de vista da eficácia e aqui já vamos falar do ponto de vista financeiro, o Oliveira a Mexer tinha um orçamento de 26.000€. A festa da Fava tinha um de 6.800€, é o que está na informação, ou seja, a eficácia do orçamento e dos gastos da Junta de Freguesia para a Festa da Fava foi de 6,80€, de grosso modo, um bocadinho menos, porque não é a dividir por 1000, é por 1100. Se nós vírmos o Oliveira a Mexer, o custo era de 26.000€, 2.500 pessoas: 10,50€ por pessoa. Parabéns, mais uma vez, à União de Freguesias pela eficácia e poderíamos continuar, e poderíamos continuar. Por isso, este tipo de comparações é perigoso. É perigoso, e que se vamos por percentagem, isso quase nos leva, os Senhores Presidentes de Junta que apresentem um orçamento que vos apetece, porque a percentagem está mais ou menos estipulada e vocês vão ter direito a X? Não, porque a regra do Senhor Presidente da Câmara não é essa. Os Senhores agora vão ter de apresentar as contas, aliás, há uma regra se não me engano, de percentagem que aqui está é que o apoio da Câmara Municipal não pode ultrapassar 50% dos gastos efetivos nas atividades. E, por isso, eu não vou comentar, porque não me compete, o valor daquilo que são as atividades das Juntas de Freguesia, cada um faz o



Oliveira do Bairro assembleia municipal

seu orçamento. Eu não sei, eu não sei, porque a atividade, a informação que aqui está não o reflete, qual é que é o número de pessoas esperado pela Junta de Freguesia de Oiã para a Festa da Flor, mas conto com 44.000€ de orçamento, espero que sejam vários milhares e sei que vão ser vários milhares, porque costuma ser. Aliás, as expectativas do Senhor Presidente da Junta de Freguesia era que só de participantes das associações, sejam à volta de 1100. E se nós pensarmos que só os participantes ativos são à volta de 1100, para além dos seus familiares e amigos que estarão de certeza absoluta presentes, para além da população de Oiã que há de estar de certeza absoluta presente, aquilo que nos tem habituado a Festa da Flor é trazer pessoas de toda a região, não falo do distrito, é de toda a região, para além de outros amigos, de parcerias e associações parceiras de nossas associações, de associações de Oiã nos seus intercâmbios, nas atividades, vão trazer muita gente, sim senhora. E cá estaremos, desculpem o termo, e cá estaremos para depois para ver eficácia dos 44.000€ e do apoio que a Câmara Municipal pretende dar, para além deste que aqui está plasmado, aquele que nos tem sido transmitido de um apoio direto às associações através do número de participantes em cada um deles.” -----

----- “Por isso, eu acho que nós não devemos, não devemos comparar, comparar as atividades, primeiro, antes delas todas decorrerem. Depois, depois de sabermos exatamente qual é que foi o valor e o custo de cada uma delas, que é para depois sabermos qual é que a eficácia do apoio da Câmara Municipal em cada uma delas porque, volto a recordar e o documento transmite-nos isso, os Senhores Presidentes de Junta concordaram com estes valores, foram eles que estabeleceram qual é que eram as regras e estas regras estão aqui plasmadas, por isso, estarmos nós, claro oh Senhor Líder da bancada, quando o PSD for (muito obrigado, Senhor Presidente. Metade ainda? Não vou precisar de certeza absoluta). E quase me perdia agora, mas é para isso que serve também o gongo, salvo seja). Quando o PSD estiver aqui, eu ficarei à espera das vossas, ficarei à espera não, espero nessa altura já não a estar aqui e ter dado o papel a rapazes que nasceram em 2001 e mais novos, e muito bem. Eu espero pelas vossas regras, porque aquilo que vocês nos habituaram durante estes anos todos é que não havia regra,



não havia a regra. Os Senhores Presidentes de Junta eram chamados ao gabinete do Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Presidente da Câmara dizia: é isto. Nem os juntava, era a cada um, era à peça. A mesma coisa para as associações, já sabemos disso. Aliás, a primeira coisa que este Executivo fez foi regras para atribuição das associações, algumas sofreram mais do que outras, outras estão-se a adaptar. O caminho está a ser feito.” -----

----- “Aqui nas Juntas de Freguesia, aliás, o Senhor Presidente da Câmara criou um regulamento de apoio às freguesias, precisamente para isso, haver regras, e as regras foram estipuladas. Aliás, as Juntas de Freguesia, os Presidentes de Junta de Freguesia, por aquilo que nós vemos, optaram por não seguir a distribuição que está no regulamento de apoio às freguesias, optaram. Que seria um bocadinho mais penalizador para uma das freguesias. Aliás, não, seria mais benéfico para uma das freguesias e eles próprios, os quatro, optaram por estas regras. Por isso, pôr em causa agora a forma, a metodologia, a percentagem do apoio. Eu nem diria o apoio, porque o Senhor Presidente da Câmara não é obrigado a dar dinheiro a ninguém. O Senhor Presidente da Câmara entendeu, acredito até pela sua experiência com Presidente da Junta de Freguesia e pelo hábito que tem sido, e pelo hábito que tem sido. Se bem recordamos, no ano passado, só uma das freguesias não realizou atividades culturais, por opção própria, está no seu direito, sim senhora, muito bem. E desta vez apostou, apostou. Só não gostei, mas isso não vou comentar que o Senhor Presidente da Junta não está presente depois fá-lo-ei em privado quando tiver oportunidade. Senhor Presidente da Mesa. Muito obrigado.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em Exercício **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – agradeceu a intervenção do Sr. Membro da Assembleia André Chambel e passou a palavra ao Sr. Membro da Assembleia Álvaro Ferreira, para a sua segunda intervenção no ponto, informando que teria treze minutos e quarenta segundos para efetuar a sua intervenção. -----

----- **ÁLVARO FERREIRA FERREIRA** – agradeceu pelo uso da palavra e informou que não iria ser preciso usar o tempo todo, porque seria também muito breve nas suas considerações em



função das considerações de intervenção que inicialmente fez, e também por parte dos seus colegas e membros da Assembleia Municipal. -----

----- Informou que gostava de deixar uma primeira consideração: “Uma primeira consideração pessoal é que se hoje já vimos que tecnicamente é extemporâneo a abordagem que se faz às sugestões feitas por munícipes, politicamente é indelicado quando a alternativa apresenta sugestões. Que não é de agora, que não é de agora. Não nos lembrámos este ano de falarmos assim, de sugerir assim, ter este cuidado em função das propostas que têm vindo por parte do Executivo Municipal e se há coisa que eu não fiz, foi ser indelicado a comparar as situações que eu aqui apresentei. Quem, aliás, comparou iniciativas das Juntas de Freguesia que vão ser apoiadas, foi efetivamente o CDS que parece que fez o seu trabalho de casa na análise de qualquer uma das situações que vamos aqui apoiar. E, por isso, obviamente que a primeira situação que tenho que dizer é efetivamente agradecer a valorização que aqui foi feita, das iniciativas feitas pelas Juntas de Freguesia lideradas pelo PSD, especificamente aquelas que aqui foram expostas pelo Senhores Membros António Campos e André Chambel, das Juntas de Freguesia de Oiã e de Oliveira do Bairro, cujo evento nem sequer abordei. Eu não falei sobre o Oliveira a Mexer, que até tem outra curiosidade em função da comparação que aqui, o Senhor Membro André Chambel aqui fez com a iniciativa da Festa da Fava. Na festa da Fava pagava-se a entrada para a festa e em Oliveira do Bairro foi grátis. E isto não é ser indelicado, é ir efetivamente mais a fundo da apresentação que aqui foi feita por parte do Sr. Membro André Chambel que, aliás, volto a reforçar aquilo que disse na minha primeira intervenção, não tirando nem mérito e nem dignidade a qualquer uma das atividades e independentemente daquilo que sejam e bem, e bem, e de salutar e é assim que esperamos que continue a ser, os acordos de cooperação e os acordos estabelecidos entre as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal, era só o que faltava que não pudesse ter direito a uma opinião para melhoria dos processos e dos projetos que possam ser dinamizados pelas Juntas de Freguesia, que têm essa autonomia. Que, aliás, têm dado dinâmica ao concelho de Oliveira do Bairro e que, como é lógico, o município, e



Oliveira do Bairro assembleia municipal

bem, acompanha essas iniciativas. E o que nós queremos é simplesmente reforçar essa coesão. E eu espero, eu espero, que da forma também prática e justa que o Sr. Membro António Campos aqui interviu, que também o faça para valorizar a festa da Flor em Oiã, que decerto que o irá fazer, que decerto que toda a sua preocupação irá ajudar a que todas as entidades envolvidas no processo ajudem a dar um bom fim para uma grande iniciativa, que não tenho dúvidas que irá acontecer no concelho e na nossa região. Obrigado, Senhor Presidente.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em Exercício **NUNO RICARDO VELOSO**

DAS NEVES COSTA BARATA – agradeceu a intervenção do Sr. Membro da Assembleia Álvaro Ferreira e passou a palavra ao Sr. Membro da Assembleia Acácio Oliveira, informando que teria quinze minutos para efetuar a sua intervenção. -----

----- **ACÁCIO ALMEIDA DE OLIVEIRA** – iniciou a sua intervenção agradecendo ao Sr. Presidente da Assembleia, pelo uso da palavra. Começou a sua intervenção, referindo o seguinte: “Naturalmente que me vou referir à intervenção do Senhor Deputado André Chambel. Eu trouxe para aqui uma questão, uma palavra que era: perigoso ou é perigoso falar de determinadas coisas em relação ao assunto em análise e quem o tornou perigoso foi efetivamente o Senhor Deputado André Chambel, porque veio aqui com estatísticas, com contas feitas, do qual a bancada do Partido Socialista acha despropositado, desnecessário, porque tem de se evitar é isso mesmo. É que não se venham aqui falar em pormenores e comparações, porque temos quatro Presidentes de Junta que são pessoas idóneas, com bom senso e que sabem em conjunto com o Executivo, discutir o que é melhor para cada uma das suas freguesias. Eu tenho absoluta certeza que, num diálogo franco, aberto, frontal, todos sem exceção vão entender o que cada um necessita para desenvolver, tanto a sua freguesia no sentido de dar a conhecer as suas festividades e as suas atividades anuais, como também a importância que elas têm na sua grandiosidade e na sua complexidade, até. Portanto, parece-me que deixando isso, devendo deixar isso sempre ao critério deste diálogo que tem sido entre o Executivo, na pessoa do Senhor Presidente e os Presidentes de Junta chegarão, com certeza, em absoluto, a não fazer contas a



Oliveira do Bairro assembleia municipal

peessoas, mas a ter em consideração a grandiosidade e a atração de uma mais-valia e de uma causa-efeito para o concelho, nomeadamente para cada freguesia. E isso, Senhor Deputado André Chambel, não fica bem vir aqui trazer problemas quando eles não existem e não existem, tenho a certeza que, por si só e simplesmente com cada um dos Presidentes e o Senhor Presidente do Executivo, eles são resolvidos e têm sido resolvidos. Porque é que não hão de ser resolvidos agora? Se alguma coisa ainda não está, se ainda não está resolvida e ainda há alguma questão que possa ser, até lá, em diálogo tratada, eu penso que podem fazer. Mas não é o Senhor Chefe de Gabinete, o Senhor Membro da Assembleia, ou mais alguma função que tenha, que tem que vir aqui dizer se é perigoso ou não é perigoso, não é perigoso nada, não é. É uma situação que é pacífica de resolver, na medida em que cada um dos Presidentes de Junta e cada Junta em si, sabe e conhece a necessidade do apoio para que aquele evento possa ter sucesso e uma mais valia, não só para a freguesia, mas num todo para o concelho, que é isso que nós devemos ter, é esse olhar para um todo e não para um ou o *per si*. Não é isso que deve ser feito, porque isso é que é perigoso, é nós colocarmos cada um a tratar do seu cantinho e do seu canteiro e não é isso que está em causa aqui, Senhor Deputado. É exatamente o concelho, e para isso está o Presidente, o nosso Presidente da Câmara que olha para um todo e ouve cada um, no seu caso concreto, na sua expressividade e no bem do concelho e também de cada freguesia, naturalmente. Muito obrigado, Senhor Presidente.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em Exercício **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – agradeceu a intervenção do Sr. Membro da Assembleia Acácio Oliveira e passou a palavra ao Sr. Membro da Assembleia André Chambel, que solicitou um pedido de esclarecimento. -----

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – afirmou que pretendia prestar três esclarecimentos. “Não fui eu que pus em causa as regras estipuladas, foi o Sr. Líder da Bancada. Eu vim cá dizer que sim, que é perigoso sim. Porquê? Porque não está nenhum Presidente de Junta aqui para se defender e aquilo que nós vemos na informação é que foi



Oliveira do Bairro assembleia municipal

deliberado e decidido entre eles e como eles não estão cá para justificar e dizer ao Senhor Líder da Bancada que as regras que o Senhor está a propor, nós e o Senhor Presidente da Câmara acabaram por estipular de outra forma, isso é que é perigoso, porque eles não estão cá para se defender, nem para dizer nada e precisamente por isso e porque o respeito isso, é que eu não fiz o comentário que estava para fazer no final relativamente a Oliveira do Bairro, mas vou fazer com o Senhor Presidente de Junta depois, aqui não. E por isso não venha aqui, nem venha fazer insinuações e por isso esclareço também que não há insinuações relativamente a nada. Aquilo que eu estive a fazer foi, em 20 minutos, em 20 minutos ou se calhar menos, porque o Senhor Líder da Bancada falou e eu comecei a fazer os cálculos e trouxe aqui os cálculos, até estão aqui nesta segunda página, fiz rapidamente as contas, porque aquilo que nós estamos a falar quando damos dinheiro, quando estamos aqui a tratar de dinheiro, estamos a tratar do erário público. É certo que os socialistas, para vocês é indiferente, porque dar dinheiro é fácil, mas aqui tem-se de gerir dinheiro e nós gostamos bem de gerir dinheiro. Nós e ali a bancada do PPD/PSD. Por isso o esclarecimento é esse. Muito obrigado, Senhor Presidente.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em Exercício **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – passou a palavra ao Sr. Membro da Assembleia Municipal Acácio Oliveira, que solicitou a palavra para um pedido de esclarecimento. -----

----- **ACÁCIO ALMEIDA DE OLIVEIRA** – agradeceu ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em Exercício pelo uso da palavra e explicou que: “Quando venho ou vem alguém aqui, não é com intuito de ofensa, não é com esse intuito, como também não pode ser da sua parte, Senhor Deputado André Chambel, dizer o que disse e da forma como o disse. Portanto, agradeço que tome em consideração ou venha aqui calmamente e tranquilamente porque gosta de ser o último. Eu, neste caso também gostarei de ser o último a pronunciar-me e a dizer que não esteve bem, não esteve bem e como não esteve bem, fique com esta: para a próxima, possivelmente, dir-lhe-ei outra coisa. Muito obrigado, Senhor Presidente.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em Exercício **NUNO RICARDO VELOSO**



Oliveira do Bairro assembleia municipal

DAS NEVES COSTA BARATA – agradeceu ao Sr. Membro da Assembleia Acácio Oliveira e questionou: “Importa-se só de esclarecer e não me leve a mal, nem o Senhor nem os restantes Membros da Assembleia, a ordem, por acaso, sou eu que a defino. Das intervenções, obviamente. O Senhor Membro da Assembleia André Chambel pretende usar da palavra? Para? Eu começo a arrepender-me de ter falado da latitude e de tolerância por parte da Mesa. Eu vou autorizar o uso da palavra, até porque devo cumprir o Regimento, mas, por favor, vamos tentar avançar, sim? Faz favor de usar da palavra.” -----

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEIREIRO CHAMBEL** – agradeceu ao Sr. Presidente da Mesa pelo uso da palavra e explicou: “Ao meu caro colega Membro da Assembleia Acácio Oliveira, um esclarecimento muito breve: o Senhor pode não gostar de mim e das funções que eu ocupo. O Senhor não pode gostar de mim, por exemplo, como Chefe de Gabinete, tudo bem. O senhor pode não gostar de mim como Presidente da Concelhia do CDS, tudo bem. Agora, eu sou Membro desta Assembleia Municipal e como Membro da Assembleia Municipal, o Senhor também me deve respeito. Mais ainda, mais ainda: eu fui eleito. Muito Obrigado.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em Exercício **NUNO RICARDO VELOSO**

DAS NEVES COSTA BARATA – agradeceu ao Sr. Membro da Assembleia André Chambel e apresentou as suas desculpas ao Sr. Presidente da Câmara por ter interrompido o início da sua apresentação de esclarecimentos. De imediato, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – agradeceu ao Sr. Presidente da Assembleia e iniciou a sua intervenção, afirmando: “Se me permite e até para desanuviar aqui um bocadinho, penso que esta pressão que está aqui, que não é de salutar. Aliás, eu fui Presidente de Junta e passei por algumas circunstâncias que não foram as mais agradáveis, que já tive oportunidade de dizer, e não é de salutar e sempre desejei que tivesse o tratamento que tento fazer aos Presidentes de Junta, de uma forma séria, transparente e sem tratamento especiais, aqui ou ali. Os tratamentos são exatamente iguais, a fiscalização exatamente igual, é esse pensamento e digo-vos e tenho a noção que, de facto, não



pode e, disse isto aos Senhores Presidentes de Junta, não pode ser o Presidente da Câmara ou o Executivo Municipal a castrar ou não as iniciativas das Juntas de Freguesia, não está nas suas mãos. Mas, se entende, e tem alguma tradição e, se entende que acha conveniente, até porque é na força das nossas associações e indiretamente, nós estamos também por um lado, a apoiar as nossas associações, não obstante as questões diretas que nós já aqui falámos, entendo eu e tem sido meu mote e sempre o defendi, que nós devemos de apoiar as Juntas de Freguesia e devemos ter critérios cada vez mais objetivos, de forma a que não possamos estar aqui a proporcionar mais isto ou mais aquilo, mais esta diferenciação ou aquela, se se paga na Festa da Fava, penso que para almoçar, também se pagava no Oliveira a Mexer. Também pagará, certamente, quem for às outras atividades se quiser comer alguma coisa e bem, ótimo, é para as associações também desenvolverem as suas atividades, e não é isso, não é isso que está em causa.” -----

----- “Oh Senhor Presidente permita-me uma reflexão aqui e o Senhor Presidente vai compreender o pequeno desvio que eu vou fazer. Na passada, presumo eu, terça-feira, nós estivemos na aldeia do Silveiro, porque se iniciou um processo de candidatura da aldeia do Silveiro às Aldeias de Portugal e na discussão e aquilo que poderia levar, aliás, se se vier a ser conseguido isso mesmo, aquilo que é essencial é que as populações tenham uma identidade, tenham uma forma, que seja reconhecido. Neste caso, foi uma opção do município ser no Silveiro, que seja reconhecido um conjunto de tradições, práticas, atos, que a façam única e que a façam única no país. E eu recordo-me de algumas palavras que foram proferidas por uma técnica que nada tem a ver com a política e que depois fez o desafio e eu espero que o desafio aconteça mesmo e que os habitantes do Silveiro também o possam vir a concretizar. Ela disse, em determinada altura o seguinte: Bom, estas iniciativas e o reconhecimento de uma aldeia de Portugal nada tem a ver com uma grande festividade, nada tem a ver com fazer uma grande atividade ou produção disto ou produção daquilo. O mais importante no meio disto é que exista um conjunto de atividades e de reconhecimento naquele local que seja único e que muitas vezes



Oliveira do Bairro assembleia municipal

poderá não passar por se gastar dinheiro, mas poderá passar por um conjunto de práticas e é esse o devido valor e era aí onde eu queria chegar. Na conversa e eu fui uma das pessoas que fiz essa sugestão, disse: uma das tradições que tinha muito valor no Silveiro eram as suas festividades, claro que aí implica o investimento de dinheiro, mas tinham uma feira de artesanato extraordinário, todos devem-se lembrar disso mesmo. Ora, é isto que eu quero transmitir. De facto, nós não podemos estar aqui a fazer comparações, não é isso, isso não é saudável, a vontade e a população e as Juntas de Freguesia se querem investir mais, se querem apostar mais nessa matéria, na matéria lúdica, social, de entretenimento para a sua população, extraordinário, nada contra. É uma opção política. O Executivo é que tem que ter também uma bitola, uma forma de as poder apoiar. Só há uma forma, é todos poderem entender e terem um saudável relacionamento, que é isso que eu também pretendo. É que as freguesias, se as nossas freguesias se entenderem, são dinâmicas, mantêm dinamismo, que também são o nosso pulsar. Se não se entenderem, não é saudável e penso eu que são todas importantes, a do CDS, as do PSD, são todas à sua maneira, uns apostam mais nisto, outros apostam mais naquilo. São todos diferentes, como diz o Senhor Acácio Oliveira, e bem e é verdade. Todos têm dinâmicas diferentes, caberá depois a cada cidadão fazer essa avaliação, não nos cabe a nós estar aqui a fazer, e em particular o Executivo. Por isso, este é o tratamento que terei sempre. Senhor Presidente, desculpe-me a volta, mas acho que era importante esclarecer de uma vez por todas que não só com dinheiro se fazem grandes coisas. Obrigado.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em Exercício **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – findos os esclarecimentos e o debate da Assembleia Municipal, informou que estavam em condições de passar à votação do ponto **4.3 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 99 – MANDATO 2021/2025 – APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO PARA ATIVIDADES CULTURAIS – FREGUESIAS DE OIÃ, DE OLIVEIRA DO BAIRRO, DA PALHAÇA E DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BUSTOS, TROVISCAL E MAMARROSA.** -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- **DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, deliberou, por Unanimidade, dos 21 membros presentes, aprovar nos termos e com os fundamentos constantes da Informação n.º 99 – Mandato 2021/2025 – apresentada pelo Presidente da Câmara, que aqui se dá por integralmente por reproduzida para todos os efeitos legais, o seguinte: -----

1.º - Atribuir à Freguesia de Oiã de um apoio financeiro de até 6.476,33 € (seis mil, quatrocentos e setenta e seis euros e trinta e centavos), com vista a comparticipar as despesas referentes às atividades culturais propostas pela Junta de Freguesia; -----

2.º - Atribuir à Freguesia de Oliveira do Bairro de um apoio financeiro de até 5.448,86 € (cinco mil, quatrocentos e quarenta e oito euros e oitenta e seis centavos), com vista a comparticipar as despesas referentes às atividades culturais propostas pela Junta de Freguesia; -----

3.º - Atribuir à Freguesia da Palhaça de um apoio financeiro de até 3.010,81 € (três mil e dez euros e oitenta e um centavo), com vista a comparticipar as despesas referentes às atividades culturais propostas pela Junta de Freguesia; -----

4.º - Atribuir à União das Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa de um apoio financeiro de até 7.064,01 € (sete mil e sessenta e quatro euros e um centavo), com vista a comparticipar as despesas referentes às atividades culturais propostas pela Junta de Freguesia; -----

5.º - Os apoios financeiros propostos nos números 1,2,3 e 4 serão pagos em 2 tranches, divididas da seguinte forma: -----

a) 50% até 30 dias após a deliberação da Assembleia Municipal;-----

b) 50% até 30 dias após a entrega definitiva de toda a documentação comprovativa das despesas havidas com o evento; -----

6.º - O apoio financeiro total atribuído pelo Município a cada freguesia deverá ser inferior a 50% do valor total das despesas do(s) evento(s) cultural(ais) objeto do apoio; -----

7.º - A contratação de bens e serviços para as atividades em apreço será, sempre que possível,



Oliveira do Bairro assembleia municipal

efetuada a associações, empresas ou artistas do concelho, sem prejuízo do cumprimento das regras da contratação pública; -----

8.º - O apoio concedido deverá ser publicamente divulgado, designadamente pela inclusão do logótipo do Município de Oliveira do Bairro em cartazes e outros suportes promocionais e a menção: “Com o apoio da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro”. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em Exercício **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – antes de iniciar o ponto seguinte, expôs que gostaria de partilhar umas palavras com a Assembleia Municipal sobre um aspeto que tinha decorrido durante o ponto que acabaram de debater: “Como todos compreenderão, eu percebo bem a questão do combate político e os *timings* e as estratégias de políticas associadas ao órgão onde estamos, mas também acredito que é sempre possível fazer exatamente o mesmo que aqui se fez hoje, mas contando com a presença dos Senhores Presidentes de Junta citados, para que fosse possível aos Senhores Presidentes de Junta defenderem-se ou pelo menos participarem no debate. Eu diria que isso teria sido enriquecedor e tenho a certeza que não faltarão oportunidades para que, eventualmente, em situações futuras, o debate aconteça com os envolvidos presentes para se poderem defender. Isto, disse o que disse, procurando estar o mais equidistante de todas as partes, porque aqui neste momento não sou eu, sou mais que eu.” -----

----- Deu início ao último ponto da ordem de trabalhos, **4.4 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA INFORMAÇÃO TÉCNICA N.º 13_2023|DFGP – APRESENTADA PELA DIVISÃO FINANCEIRA, DE GESTÃO E PATRIMÓNIO – FINANCIAMENTO NO ÂMBITO DO EMPRÉSTIMO QUADRO – BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO – AMPLIAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL DE VILA VERDE.** -----

----- Passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para apresentação do ponto.

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – agradeceu ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal pelo uso da palavra e iniciou a



Oliveira do Bairro assembleia municipal

apresentação do ponto: “Alguns de vós, dos Membros desta Assembleia Municipal, já conhecem este tema. É a terceira vez que, pelo menos comigo no Executivo, que vem um financiamento deste género e estes financiamentos estão preparados para, e ainda bem que ainda está aberto e que nós temos essa possibilidade, com o esclarecimento, quando verificámos que ainda poderíamos ir, estão preparados para projetos que têm financiamento, nomeadamente europeu, que é o caso da Zona Industrial de Vila Verde. Nem de propósito, estávamos nós a falar há pouco no regulamento para a venda dos lotes e também é do conhecimento de todos que a obra está no andamento, em fase cruzeiro, e se prevê que esteja pronta muito em breve, mas também todos nós sabemos que o município só teve um apoio de cerca de 1 milhão e 700.000 euros/1 milhão e 800 mil e tudo o resto é suportado pelos cofres do município. Existindo a possibilidade de financiamentos deste género a taxas bastante mais reduzidas, não contam para o endividamento municipal, ou seja, a estratégia de crescimento, a estratégia de investimento e, acima de tudo, financiamento de outras ações que possam acontecer, não ficarão de forma alguma limitadas e atendendo também e todos nós sabemos, que não é expectável e que decorre da lei e decorre daquilo que foram algumas das alterações introduzidas também nos últimos tempos face a um crescendo da inflação, em particular em alguns produtos, nomeadamente aqueles que são os derivados do petróleo, é também natural que esta obra tenha a revisão de preços e que também seja necessário para a mesma ser liquidada nesse sentido.” -----

----- “Por isso, Senhor Presidente, é uma oportunidade para o município também se financiar, é uma oportunidade para o município poder fazer ali as obras que se tornam necessárias e que estão visíveis e à frente de todos que ali passam e que passam dia após dia, e que também são necessárias para dar a amplitude e, diria eu, a ligação que é importante àquilo que também já lá existe. Senhor Presidente, estou ao dispor, as condições técnicas estão aqui. Naturalmente, que isto é um dos princípios que é a autorização, terá de fazer agora todo o seguimento para, esperando nós que seja rápido, que depois também o Tribunal de Contas também seja rápido, para que possa ser utilizado a tempo útil. Se não puder ser utilizado em tempo útil, o município



Oliveira do Bairro assembleia municipal

não poderá usufruir deste financiamento e, como sabem, as operações terminam agora no final deste ano. Senhor Presidente, estou ao dispor se houver alguma questão.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em Exercício **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – questionou aos Senhores Membros da Assembleia quem pretendia usar da palavra, havendo uma inscrição para intervir. -----

----- Passou a palavra à Sra. Membro da Assembleia Municipal do Partido Social Democrata, Annelise Guimarães, informando que dispunha de 15 minutos para efetuar a sua intervenção. -

----- **ANNELISE DE JESUS GUIMARÃES** – cumprimentou todos os presentes e afirmou que iria fazer algumas considerações e fazer algumas perguntas: “Eu sempre fui defensora do desenvolvimento do concelho e do país e, sem dúvida, um concelho desenvolvido industrialmente é um concelho mais rico, mais apetecível para fixar moradia, desenvolver o comércio local e gerar riqueza para que as empresas nele instaladas, bem como toda a população que nele habita tenham melhores condições de vida. Em suma, a captação e desenvolvimento de indústria e, consequentemente, das zonas industriais é imperativa para o nosso concelho. Em vinte e cinco anos de carreira profissional, sempre trabalhei no setor privado, estive sempre ligada à indústria, o que faz que tenha uma visão com conhecimento de causa e importância desta, a nível económico e social. Em relação ao ponto a ser tratado, do financiamento no âmbito do empréstimo quadro para ampliação da Zona Industrial de Vila Verde, no montante de 1.292,612€. Senhor Presidente do Executivo, eu gostaria que me respondesse a duas questões, duas questões simples, uma já começou por clarificar, mas eu pedia uma clarificação mais profunda: o porquê da necessidade deste empréstimo pela Câmara Municipal? A segunda pergunta é: se este financiamento contempla a extensão da Zona Industrial de Vila Verde até Malhapão, visto que é sabido que a Kiwicoop cedeu ao domínio público uma área bastante considerável para infraestruturação pública? Obrigada.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em Exercício **NUNO RICARDO VELOSO**



Oliveira do Bairro assembleia municipal

DAS NEVES COSTA BARATA – agradeceu a intervenção da Sra. Membro da Assembleia Annelise Guimarães e questionou ao Sr. Presidente da Câmara se pretendia prestar algum esclarecimento, passando de imediato a palavra. -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – agradeceu pelo uso da palavra e efetuou alguns esclarecimentos: “Em primeiro lugar, queria informar e queria cumprimentar a equipa do Quartel das Artes que nos está a acompanhar, que são funcionários municipais, não menosprezando naturalmente o nosso Chefe da Divisão Financeira que está aqui, o Dr. Miguel, e aqueles que já cá estiveram, mas também queria aqui esclarecer que muitas vezes são esquecidos, estão aqui, não obstante que alguns deles faziam parte da equipa que presta aqui serviço, mas outros são mesmo funcionários municipais e o meu cumprimento e agradecer também por este esforço, por esta dedicação e disponibilidade para aqui estarem. Depois queria dar as duas notas daquilo que foi aqui referido. Ora, o município, eu esclareci isso agora há bocadinho, sobre a necessidade. Nós prevemos, naturalmente, uma revisão de preços que não vai ser nada agradável porque, como disse, o preço do betume subiu e dos derivados do petróleo subiu imenso e o município, o empreiteiro tem esse direito, vai usá-lo de certeza absoluta. Nós já fizemos uma primeira revisão das obras e daquilo que já foi dos primeiros trabalhos e naturalmente, que necessitará disto. Agora e também seria um ato de má gestão não aproveitar uma oportunidade destas para poder dar aqui, de certa forma, a possibilidade financeira ao município de ter o desafogo financeiro para continuar a investir, é extremamente importante.” -----

----- “Relativamente às obras, está planeado fazer, até porque as obras da Zona Industrial terminam na faixa que está à frente de todos, eu fui bem claro e a parte de ligação e que passa de frente à Kiwicoop, passo aqui a publicidade também, apesar de ser uma cooperativa extremamente querida para todos nós e é com bastante orgulho, penso eu. Todos temos bastante orgulho em ter aqui a Kiwicoop aqui, em Oliveira do Bairro. Não só nós temos que fazer ligação da rede de saneamento, porque tem que se ligar o saneamento à estação elevatória que está cá



Oliveira do Bairro assembleia municipal

em baixo, mas também temos que reestruturar as águas pluviais. A preocupação que se dizia agora há um bocadinho sobre as questões ambientais também aqui estão visíveis, não obstante existir uma bacia de retenção que está, e quem lá passar e tiver um pouco de curiosidade de parar, está uma bacia de retenção de águas lá construída, que vai também reter as águas todas da zona industrial e depois sim, como válvula de escape, ele fará a ligação também cá para baixo e essa reformulação tem que ser feita, tem que ser preparada e tem que ser reestruturada. O município, como é óbvio, não poderia deixar isto a meio, mas não faz parte da empreitada Zona Industrial que é bastante específica, bastante clara das infraestruturas. Isto são outras infraestruturas que o município, naturalmente se prepara. Aliás, eu penso que nós já temos o concurso preparado para fazer o lançamento. Obrigado, Senhor Presidente." -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em Exercício **NUNO RICARDO VELOSO**

DAS NEVES COSTA BARATA – agradeceu ao Sr. Presidente da Câmara pelos esclarecimentos e questionou os Srs. Membros da Assembleia Municipal se alguém pretendia usar da palavra. -

----- Não havendo inscrições, informou que estavam reunidas as condições para a votação do ponto **4.4 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA INFORMAÇÃO TÉCNICA N.º 13_2023|DFGP – APRESENTADA PELA DIVISÃO FINANCEIRA, DE GESTÃO E PATRIMÓNIO – FINANCIAMENTO NO ÂMBITO DO EMPRÉSTIMO QUADRO – BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO – AMPLIAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL DE VILA VERDE.** -----

----- **DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, deliberou, por Unanimidade, autorizar a candidatura a financiamento no âmbito da "Linha BEI PT 2020 — Autarquias", para a operação Centro-02-0853-FEDER-000905-Ampliação da Zona Industrial de Vila Verde, no Montante de 1.292.612,00 € (um milhão e duzentos e noventa e dois mil seiscentos e doze euros), com prazo do empréstimo de 15 anos e período de carência de 3 anos, com opção pela taxa - Taxa fixa (1,5640%), nos exatos termos exarados na Informação Técnica n.º 13_2023|DFGO, apresentada pela Divisão Financeira, de Gestão e Património, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em Exercício **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – questionou os Membros da Assembleia, se tinham alguma oposição a que se aprovasse o teor das respetivas deliberações tidas na presente reunião, em minuta. Não havendo nenhum Membro da Assembleia Municipal que se opusesse, consideraram-se aprovadas em Minuta as deliberações tomadas.-----

----- Antes do encerramento dos trabalhos afirmou, em nome da Mesa, que gostaria de agradecer a forma cordata e positiva como todos atuaram, tornando o trabalho extraordinariamente mais simples e fazendo votos que todos tivessem um bom regresso a casa, agradecendo a presença do público, técnicos e pessoas que acompanharam a Assembleia Municipal, através das redes sociais.-----

----- Desejou a todos uma boa noite, dando por encerrada a Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, sendo lavrada a presente Ata, que vai ser assinada pelo Presidente, respetivos Secretários e outros Membros da Assembleia que o desejem fazer.-----